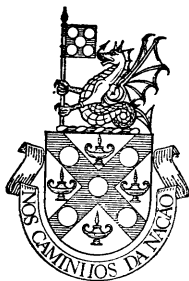

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIV — N.º 52 — OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1989
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Erico M. B. Capela (Secretário).

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1990	11
<i>Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco</i>	
OS GRANDES PROBLEMAS ÉTICOS DA MEDICINA CONTEM- PORÂNEA	19
<i>J. A. Esperança Pina</i>	
A FRENTE LESTE	35
<i>Adriano Moreira</i>	
SEMIALINHAMENTO: REALIDADE CONCEPTUAL OU MISTI- FICAÇÃO SEMÂNTICA?	47
<i>José Manuel da Costa Arsénio</i>	
HISTÓRIA, SEGURANÇA E DEFESA — UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	67
<i>Nuno Severiano Teixeira</i>	
LES POTENTIALITÉS DU CADRE D'ORGANIZATION EUREKA FACE AUX PERSPECTIVES ACTUELLES DE LA COOPÉ- RATION POLITIQUE EUROPÉENNE	79
<i>José António Sequeira Carvalho</i>	
LEBANON, POLITICAL PLAYGROUND OF THE MIDDLE EAST. THE ROLE OF PEACE KEEPING	89
<i>Marianne Heiberg</i>	
A DEFESA NO MUNDO	103
<i>A DOCTRINA DOS ARTIGOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES</i>	

EDITORIAL

EDITORIAL

1. Assumiu funções, recentemente, uma nova Direcção do IDN. É natural, assim, que neste número da «Nação e Defesa» se faça uma referência à Direcção ora rendida e se perspective uma orientação quanto à acção futura mais próxima.

2. A anterior Direcção, constituída pelo general (FAer) Castelo Branco e pelo brigadeiro (Ex), Lages Ribeiro, serviu o IDN durante mais de três anos, desenvolvendo uma acção dinâmica e com elevado espírito de missão e prestando serviços que foram superiormente reconhecidos como relevantes, extraordinários e distintos. Acresce que o general Castelo Branco deixou o IDN para passar a comandar o Colégio de Defesa da OTAN, em Roma, o que, evidentemente, se reveste de grande prestígio, para o próprio e para o País. O IDN deseja-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas novas e importantes funções.

3. Quanto às linhas orientadoras da acção futura do Instituto, nos tempos mais próximos, creio adequado deixar aqui registadas as palavras que, sobre o assunto, pronunciei ao tomar posse das funções de Director do IDN:

«Julgo que seria descabido apresentar, neste momento, qualquer plano geral de acção sem analisar adequadamente as directivas recebidas de V. Ex.^a e ouvir e ponderar as opiniões dos meus colaboradores mais imediatos. Por outro lado, esta é uma Casa com uma dinâmica e rotina já razoavelmente consolidadas pelos sucessos da experiência, pelo que, nas suas grandes linhas, não me caberá mais que acrescentar um ou outro lanço àquilo que vem sendo feito, ajustar uma ou outra orientação à evolução da conjuntura e, se possível, abrir alguns novos caboucos. Sem embargo, creio que po-

derão ser adequadas três pequenas reflexões, como referências balizadoras.

Enquadra-se a primeira na orientação geral que recebi de V. Ex.^a, no âmbito da missão primária deste Instituto de dilucidar a problemática da defesa nacional e de sensibilizar e consciencializar para a mesma a maior parte das chamadas «forças vivas» nacionais, por forma que estas possam, por seu turno, ser fermento multiplicador e prolongador dessa acção a todo o corpo nacional, desde as famílias às várias organizações, passando naturalmente pelas escolas e outros centros de formação. De forma, aparentemente, um tanto paradoxal, tal objectivo assume particular acuidade em tempos como o actual: por um lado, porque os períodos de paz, em especial quando com laivos tão excepcionalmente optimistas como os por muitos hoje em dia vislumbrados, são períodos de leniência, esmorecedores das grandes certezas e das linhas de separação e tendentes a confundir o contingente com o permanente, o aparente com o real; por outro lado, só um reforço, fortalecimento ou revigoração da coesão, da identidade e da capacidade de afirmação nacional, em especial na sua expressão anímica e cultural, permitirão encarar, sem risco de anomia, a natural inserção do País em espaços mais vastos.

Referem-se as outras duas reflexões a aspectos da evolução da conjuntura mundial, a que este Instituto, como órgão de estudo e de reflexão da problemática da defesa nacional, não poderá ser indiferente.

Reporta-se a primeira à evolução em curso na Europa e que é susceptível de percursos e de ritmos diversificados e que exigem uma atenção permanente, para ser atempada. Qualquer que seja o sentido dessa evolução, parece líquido e pacífico que nos encontramos num ponto de viragem, prenhe de perspectivas optimistas mas também de riscos graves, gerador de incertezas e que, de forma mais ou menos acentuada, porá em causa os quadros mentais político-estratégicos que têm sido os referenciais dos últimos 40 anos e

que têm balizado as análises, as doutrinas, as posturas e as acções reflexas.

Relaciona-se a segunda com a evolução da situação na África Austral e na África em geral, na qual se podem desenhar perspectivas e abrir ou consolidar oportunidades com reflexos, não só na política de defesa nacional, mas no próprio campo de actividades deste Instituto.»

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN
NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO CURSO
DE DEFESA NACIONAL DE 1990

Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN
NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO CURSO
DE DEFESA NACIONAL DE 1990

Senhoras e Senhores:

A cerimónia em que participamos não difere das onze anteriores realizadas neste auditório.

Confundir-se-á, até, no conjunto de tantas outras que o lançamento do ano lectivo prodigaliza.

Mas ela encerra, no entanto, uma mensagem de natureza ímpar no País, qual é a do tema subjacente: a defesa da Nação, como tarefa que respeita a todos os portugueses e resulta da vontade em se afirmarem livres nas decisões colectivas, consequência de quererem manter-se soberanos dos destinos de um património, cuja utilidade, sempre ofertada aos semelhantes, foi e é sobejamente reconhecida.

Noutros países, o assunto desperta um interesse e é objecto de um carinho progressivamente acrescidos. Proliferam, por todo o lado, as instituições especializadas, a nível privado e oficial, complementando os conteúdos transmitidos pelos sistemas educativos nacionais. Mas nem por isso Portugal lhes fica excessivamente atrás no processo formativo dos cidadãos sobre a matéria, pese embora a reduzida expressão numérica dos «foruns» dedicados ao assunto.

Disso é caso exemplar o CDN processado neste Instituto, tendo em conta a representatividade dos seus auditores em termos não só do espectro dilatado das actividades que exercem, mas ainda, e principalmente, da participação e frequência privilegiada dos civis.

Resulta elucidativa a correcção da nossa postura conceptual sobre defesa, em que o papel das armas não é mais que um seguro, de recurso não desejado e sempre cometido a uma última instância, que se espera não aconteça.

Foi esta a orientação que norteou, até ao presente, a preparação facultada nesta casa a algumas centenas de auditores. Deste total, um terço

são militares ou membros das Forças de Segurança. A extensão do IDN ao Porto, onde funciona há três anos, representa seis dezenas de auditores, geograficamente oriundos da zona norte além-Mondego.

A todos une um denominador comum, escolhidos que têm sido por critérios de responsabilidades funcionais contributivas do progresso da Nação e satisfação das legítimas aspirações do seu povo.

Por tudo isto e perante o quadro de tantas e tão surpreendentes transformações vivenciais a que estamos diariamente assistindo, permitam-me que foque a atenção sobre o que advém para o Instituto, no respeitante aos objectivos que persegue e às pessoas a quem o Curso se destina.

É missão nobre destas hierarquias superiores, militares ou civis, promover o desenvolvimento dos Portugueses.

Competir-lhes-á, nesse sentido, como chefes e dirigentes, clarificar os caminhos a seguir e as soluções alternativas, em equação analítica dos eventos e dos factos quotidianos.

Darão assim, aos concidadãos, as guias tendentes à salvaguarda dos valores, à defesa dos interesses e à consecução dos objectivos nacionais.

Para tanto, são pessoas responsáveis que terão de afirmar-se intérpretes esclarecidos, convictos e convincentes, das realidades circundantes, no modo e no tempo apropriados.

De outra forma, o acontecimento do imprevisto, sempre possível, mas se não previamente acautelado, gerará nos cidadãos um descrédito inevitável. O que, amiúde, se traduz em apatia ou indiferença, até mesmo em desequilíbrios emocionais ou visões pessimistas, socialmente perturbadoras.

Em resumo, caberá aos níveis superiores eliminar, o mais possível, os estádios de ignorância do colectivo, educando-se eles próprios para o fazer. E somente a aprendizagem, sólida e consistente, de uma evolução constantemente modificada, conseguirá prevenir em relação a quadros de instabilidade, pouco pensados por improváveis, ultrapassando a acomodação fácil ao que se imagina mais seguro ou garantido.

Para educar e desenvolver os dirigidos é forçoso vislumbrar e resolver a imprevisão, aprofundando as raízes do real.

Por outras palavras, importa conhecer o sentido do passado e saber relacionar os seus pontos de encontro.

É inegável que o estudo da fenomenologia histórica do homem e das sociedades, bem como da articulação dos aspectos salientes, ajudam a

antecipar o pouco claro e contribuem para esbater o desgaste de um desconhecido angustiante.

Vivemos hoje, infelizmente, numa época de aparente superficialidade, menos atentos a estas questões.

Habituímo-nos a um cenário que resultou da Segunda Guerra Mundial, como se a História tivesse aí o seu começo.

Pouco parece interessar uma identificação consciente dos elementos que originaram o conflito, mas o tempo reproduz, com eloquência, um «já visto» de matrizes semelhantes.

É bem certo que a análise dos antecedentes representa sempre um passo decisivo no estudo das soluções para os problemas, na tomada de decisões ajustadas a novas situações, na condução das missões e dos destinos dos povos e do mundo.

Daí o imperativo da nossa permanente e nunca concluída preparação, alicerçada em conhecimento do passado que nos permita avaliar melhor o presente e nos faculte, em simultâneo, os indícios e as insinuações dos possíveis cenários do futuro.

Concomitantemente, a ciência prática, de experiência feita, haverá de ser complementada por um suporte intelectual, profundo e amadurecido, que nos proporcione a aptidão do autêntico generalista.

Hoje, como ontem, sob a óptica do primado da inteligência e da estrutura do saber, os alvos e as bases são os mesmos: as pessoas capazes de melhorar, de fortalecer e de tornar coeso o conjunto dos recursos nacionais. Tarefa que haverá de realizar-se pela palavra e pelas ideias, antes das armas.

As bases não nos faltam, em lição viva de oito séculos e meio de história, apoiando a criatividade e o intelecto. Estes são os alvos de promoção preferencial, libertos, agora como nunca, de quaisquer «ghetos» ou «goulags».

Significa isto, tão simplesmente, que urge aproveitar a massa cinzenta disponível, adequando-a ao circunstancialismo dos factos e dos fenómenos; que importa formá-la e informá-la, se desejarmos dispor de «software» que assegure o equilíbrio nacional nos espaços alargados da nossa integração universal.

Senhoras e Senhores auditores:

A Instituição que vos acolhe empenha-se em tornar os Portugueses sensíveis aos valores, aos interesses e aos objectivos nacionais.

Com o Curso que agora começa formalmente, intenta-se, mais ainda, aperfeiçoar a vossa capacidade de síntese e de generalização, em particular no que se refere à envolvente do nosso país real e ao seu posicionamento extra-fronteiras.

É tradição relembrar, neste início, que o Curso funciona, como aliás toda a acção do Instituto, num clima de liberdade plena da expressão e do pensamento académicos.

Quer isto dizer que se procura incentivar, com base em informação actual, o estudo de múltiplas situações e das soluções que melhor se lhes adaptam.

Algumas delas situar-se-ão, eventualmente, fora do nosso concreto visível. Sendo susceptíveis de acontecer e podendo, mesmo contra vontade, arrastar-nos por simpatia, não deverão, por esse facto, ficar abandonadas ao acaso.

O Curso contribui, deste modo, para prever e evitar o desequilíbrio da surpresa, adequando a mente ao imprevisto.

Mas aquela liberdade significa, em paralelo, uma flexibilidade curricular conforme a um diálogo franco e a uma abertura total a entendimentos os mais diversos. Diálogo e abertura que se demonstram veículo de eleição para atingir as respostas válidas aos casos em análise.

Estas serão, obviamente, as respostas da vossa criatividade, vivamente encorajadas como opção única a um discurso impositivo reiteradamente recusado.

A época é de mudança e nela teremos de participar activamente.

Sucedem-se às mensagens de temor, em ritmo tão célere quanto imaginado, vozes cativantes e apaziguadoras.

O regozijo é patente e geral, é compreensível e salutar.

Não obstante, a imperfeição humana aconselha que se mantenham as guardas mínimas e suficientes para assegurar a subsistência e a identidade nacionais, num quadro idealista de ecumenismo global, distante ainda da sua plenitude.

Dá ser imprudente a eliminação, historicamente reclamada e hoje repetida, de alianças e compromissos positivamente testados do anterior.

Além do mais, são sistemas comprovadamente dinamizadores de progresso, nascido do espírito criador que caracteriza os génios capazes de enriquecer e dar grandeza às sociedades, através dos meios disponíveis.

Por estas razões se desenvolvem, nesta casa, oportunidades de reflexão centradas no que somos, onde estamos e no futuro que desejamos construir.

É um trabalho que exclui, à partida, todo o tipo de submissão e obediência a receitas e a condicionamentos do raciocínio à imagem do que outros, talvez por mais significativos, pensem das dependências que comandam a cena internacional.

Fazêmo-lo porque é imperioso, cada vez mais, entendermos e divulgarmos a visão portuguesa do mundo que nos cerca.

Esta será a perspectiva que julgamos mais consentânea com a preservação dos nossos interesses, nos esquemas integrados e nos arcópagos onde nos fazemos representar.

Neste Instituto da Defesa Nacional pugna-se por falar em português, pensando como portugueses, ajudando a definir e a trilhar os caminhos da Nação.

Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

General da Força Aérea
Director do IDN

**OS GRANDES PROBLEMAS ÉTICOS
DA MEDICINA CONTEMPORÂNEA**

J. A. Esperança-Pina

OS GRANDES PROBLEMAS ÉTICOS DA MEDICINA CONTEMPORÂNEA (*)

A evolução, cada vez mais acelerada, da ciência e da técnica, pondo à disposição do homem uma capacidade de destruição nunca imaginada, através do armamento nuclear, e o relevo dado à componente psicológica da luta, levam a Defesa Nacional a estender-se a todos os domínios da actividade do homem.

Estas actividades envolvem todas as capacidades e a utilização da totalidade dos recursos dos povos que querem sobreviver, pelo que a defesa global implica uma actuação concentrada em todas as áreas de actividade humana, para ser eficaz.

Deste modo estão também incluídas acções no domínio da saúde, de modo a contribuir para o necessário equilíbrio entre o bem-estar possível e a segurança indispensável.

Os técnicos de saúde portugueses estão conscientes dos grandes problemas da Medicina Contemporânea e da melhor maneira de os resolver, porque o problema da saúde, em todos os aspectos condicionantes do desenvolvimento e do bem-estar da população, está profundamente estudado entre nós e em condições de ser encarado, isto é, enfrentado de forma eficiente, porque não nos falta experiência e meios humanos suficientes, nem deixa ainda de haver vontade de intervenção de peritos competentes.

Não é tarefa fácil falar dos problemas éticos da Medicina Contemporânea, numa época em que a ética está submetida a constante repensamento e reflexão sobre si mesma, e a medicina e a biologia se encontram em extraordinário e rápido desenvolvimento, colocando novos problemas e trazendo novas perspectivas aos antigos.

Não é tarefa fácil falar dos problemas éticos da Medicina Contemporânea, numa época em que muitos se esforçam por apagar a dimensão ética da realidade humana, proclamando e vivendo uma atitude «amoral»,

(*) Lição inaugural proferida na sessão solene de abertura do Curso de Defesa Nacional 1990, realizada em 10 de Novembro de 1989 no Instituto da Defesa Nacional.

e em que a ciência médica se vai tornando cada vez mais «tecnicizada», «burocratizada» e menos humana.

Mas talvez sejam estas dificuldades que constituíram as razões para tentar oferecer um modesto contributo à complexa problemática da ética médica, resolvendo propôr-me para falar sobre os grandes problemas éticos da Medicina Contemporânea.

O médico-sacerdote Esculápio que parece ter vivido na Grécia, cerca de 600 anos a. C., escreveu alguns conselhos, para os médicos de então, de que iremos transcrever algumas partes:

«Terás de renunciar à tua vida privada. Enquanto que todos os cidadãos quando terminam o dia de trabalho não são mais importunados, a tua porta ficará sempre aberta a todos, a toda a hora do dia e da noite virão perturbar o teu descanso, teus prazeres, ou a tua meditação. Já não terás horas para dedicar à tua família, à amizade ou ao estudo...»

«Os pobres habituados a padecer não te chamarão a não ser em casos de urgência. Mas os ricos te tratarão como um escravo, seja por terem uma indigestão, uma constipação, fazendo-te por isso despertar a toda a pressa. Terás de mostrar interesse pelos pormenores mais vulgares da sua existência, decidir o que hão-de comer, ou como hão-de andar quando se passeiam. Não poderás ir ao teatro nem estar doente...»

«Eras severo na escolha dos teus amigos, procurando homens de talento, artistas e almas delicadas; a partir daqui não poderás evitar indivíduos com pouca inteligência e indivíduos desprezíveis. Prolongar vidas nefastas é o segredo da tua profissão.»

«Sentes a paixão da verdade e já não a poderás dizer, visto que terás de ocultar a alguém a gravidade do mal, a outros a sua insignificância.»

«Não contes com o agradecimento; quando o doente se cura, a cura é devida à robustez. Se morre foste tu que o mataste. Enquanto está em perigo trata-te como um Deus, suplica-te, promete-te. Se está em convalescença, já o estorvas.»

«Não penses que esta profissão te torna rico, visto que é um sacerdócio.»

«Todos os teus sentidos serão maltratados. Terás de encostar o teu ouvido a peitos sujos e com suor, respirar maus cheiros, curar chagas cheias de pus, contemplar urnas.»

«Na rua, nos banquetes, no teatro, na cama, os desconhecidos, os teus amigos te falarão das suas doenças e te pedirão um remédio. O mundo te parecerá um grande hospital, uma assembleia de indivíduos que se queixam. A tua vida decorrerá na sombra da morte entre a dor dos corpos e das almas, dos duelos de hipocrisia que calculas na cabeça dos agonizantes.»

«Tu verás as tuas tristezas só, no meio do egoísmo humano. Não encontrarás apoio entre os médicos que te farão uma surda guerra por interesse ou por orgulho.»

«Pensando bem ainda estás a tempo de escolher. Mas se fores indiferente à fortuna, aos prazeres, à ingratidão, se sabendo que te verás só entre as feras humanas, se tens uma alma bastante estóica para se satisfazer com o dever cumprido e sem ilusões; se te julgares pago ao veres uma cara que sorri porque já não sofre, como a paz de um moribundo a quem conseguiste ocultar a chegada da morte; se anseias conhecer o homem, penetrar em todo o trágico do seu destino, então faz-te médico, hoje mesmo.»

O carácter vital das realizações no campo da medicina excede o que se pode exigir de qualquer outra profissão, e ultrapassa o que a outras se pode exigir. Tal responsabilidade deveria conduzir a uma tremenda repugnância a tudo o que conduz a um desvio das normas humanitárias, características inerente da profissão médica, e que a diferencia de qualquer outra. Se a profissão médica é distinta de qualquer outra, os processos utilizados pelas organizações sindicais não se lhe deveriam aplicar.

A confiança da população no médico começou a diminuir quando a partir de 1961 se iniciaram os primeiros surtos grevistas, no Canadá e na Bélgica.

Ninguém fica convencido de que uma greve médica é diferente de outras greves, pelo facto do trabalho não ser suspenso de forma integral, pois os casos urgentes continuam a ser atendidos. Isto, contudo, é uma panaceia.

O que se entende então por uma situação de urgência? Urgência é uma ocorrência imprevista que exige uma acção imediata. E quem vai qualificar uma situação clínica como sendo de urgência? Evidentemente que tem de ser o médico e não o pessoal de enfermagem ou recepcionista.

Mesmo para um médico experiente pode ser difícil considerar como urgente a actuação aparatosa de um neurótico com hiperventilação, e deixar passar inadvertido um doente tranquilo de aparência inóqua, que acaba por suicidar-se, por se tratar de um caso clínico com uma depressão.

Os doentes não podem ser abandonados, nem a comunidade pode sentir-se desprotegida. Se o médico é um guardião da saúde, e para que a sociedade o respeite e admire, não pode, seja por que razão for, retirar seus serviços ao doente ou dar-lhos de forma condicionada ou incompleta.

Nos momentos finais de um doente a atitude do médico varia de acordo com o seu pensamento filosófico.

Se este tem horror à morte, utiliza processos extraordinários de manutenção da vida. Se não tem e a aceita como fenómeno natural, limita-se a permitir que o doente morra com tranquilidade.

A medicina moderna é integralista, sendo o doente um «todo», e apesar do cienticismo cada vez maior da medicina esta não pode prescindir drasticamente da influência dos problemas éticos.

O progresso da medicina, com o desenvolvimento de novas possibilidades técnicas, terapêuticas e preventivas, obriga a um constante diálogo interdisciplinar, na busca do sentido do homem e do seu bem-estar integral.

A moralidade do médico é a sua capacidade de agir, segundo uma consciência bem formada e de tomar decisões concretas, com uma atitude íntegra, ampla visão e discernimento esclarecido.

Nas últimas décadas observou-se um progresso notável no campo das ciências médicas, progresso possível graças ao desenvolvimento da tecnologia. Esta evolução tem levado o médico a enfrentar novas situações éticas, além das já existentes e que continuam a ser motivo de grande polémica.

Alguns aspectos morais vinculados ao exercício da medicina continuam, apesar do tempo, a ser actuais, como o aborto, o controlo da fertilidade e a eutanásia.

Outros são o resultado do progresso médico dos últimos anos e exigem a elaboração de normas de conduta de aplicação universal.

A utilização de órgãos e tecidos origina situações éticas onde inter-vêm receptores, dadores, familiares, membros da profissão médica e público em geral, continuando a ser ainda o grande problema a dificuldade de definir um critério exacto do momento da morte, apesar do já estabelecido quase como definitivo pelo Comité da Universidade de Harward.

A hemodiálise, que conduz a grandes problemas económicos, e que leva ao conflito entre os interesses da comunidade e as necessidades do individuo, o aparecimento de novos fármacos e os aspectos novos da experimentação com os seres humanos.

A *inseminação artificial*, com a dificuldade legal de definir a legitimidade, o problema das relações familiares e os direitos de herança. Vários problemas se podem pôr, relacionados com a inseminação artificial, sendo um deles o da obtenção da certidão de nascimento. Quando a inseminação é homóloga não existem dúvidas, mas quando é heteróloga os problemas não estão resolvidos, visto o pai não ser o pai biológico. Múltiplos problemas podem ainda ser postos. Pode o marido pedir o divórcio por adultério? Será fraude para um médico passar um certificado médico, sem dar a conhecer ao cônjuge que este não é o pai? Pode a mãe exigir o sustento do filho que não é do cônjuge? Terá o dador alguma obrigação para com a criança? Terá o marido o dever de adoptar uma criança nascida de sua mulher?

A *castração e a esterilização* das trompas na mulher e do canal deferente no homem tem-se também espalhado e tende a tornar-se um meio normal de regulação da natalidade, falando-se já em cerca de oitenta milhões de casais esterilizados. Será útil relembrar o aproveitamento feito por diversos poderes políticos, na Ásia e na América Latina, impondo práticas esterilizantes, por motivos eugénicos ou de controlo da natalidade, violando deste modo os mais elementares direitos da pessoa humana.

O estudo do *psiquismo humano* abriu novos caminhos à psicoterapia, com numerosos métodos e processos, alguns dos quais com complicados problemas éticos.

O uso do «transfert», em *psicanálise*, pode representar uma violação da liberdade do doente, se o psicanalista com esta técnica pretender que o doente passe a depender de si, para lhe impor a sua visão do mundo e a sua hierarquia de valores.

Os *medicamentos psicoactivos*, que podem ser tranquilizantes, estimulantes, hipnóticos ou alucinogéneos, representam um grande progresso no tratamento das doenças do foro psiquiátrico, mas também constituem uma forte ameaça, para uma sociedade cada vez mais consumidora de psicofármacos, quando ainda não são conhecidos a longo prazo os seus efeitos.

A *narcoanálise* conduz o doente a um estado de semiconsciência, através da minitração endovenosa de barbitúricos, com a finalidade do subconsciente se poder abrir mais facilmente. A narcoanálise entra no âmbito dos atentados contra a liberdade pessoal, podendo ser uma autêntica mutilação, porque suspende a faculdade do indivíduo dispor livremente de si e põe à disposição de um terceiro o mundo dos seus afectos e dos seus conhecimentos mais íntimos.

Mais reprovável ainda, a nível ético, é a utilização do «soro da verdade», nos interrogatórios dos tribunais e policiais, pois conduz a uma grave violação da liberdade individual. Do mesmo modo, outros processos de «lavagem do cérebro», destruidores e manipuladores da personalidade humana, devem ser recusados.

É costume exaltar os prodigiosos progressos da ciência, mas, a sua resolução, pode tornar-se muito perigosa.

Será o homem capaz de sobreviver aos múltiplos benefícios das novas descobertas científicas no campo médico?

A taxa de crescimento nos países pouco desenvolvidos impede o progresso socioeconómico e conduz a população a um estado de miséria permanente, no momento em que os indivíduos deixaram de aceitar passivamente uma vida de miséria.

O crescimento demasiadamente elevado da população destrói os esforços de elevar o nível de vida, frustrando a aspiração humana para uma vida melhor e com mais justiça social.

Como afirmava Borgstrom, se fossem equitativamente distribuídos a cada ser humano todos os alimentos do mundo, todos estaríamos num estado de subnutrição.

Num mundo superpovoado, com intensa pobreza em áreas extensas, ameaçado pela progressiva contaminação ambiental, homicídios, suicídios, luta racial, e até riscos de aniquilação nuclear, o médico fica confuso, na grande contradição que é, por um lado, favorecer a manutenção da população, e, por outro, a sua diminuição.

A *manutenção da população* verifica-se através da descoberta de novos agentes terapêuticos, da produção de aparelhos para prolongar e manter a vida, da utilização de órgãos artificiais e da transplantação de órgãos.

A *diminuição da natalidade*, por outro lado, é favorecida com a utilização de práticas anticoncepcionais e com os movimentos crescentes para revogar as leis contra o aborto.

A *biologia molecular* nasceu de uma nova actividade entre físicos e biólogos, ao demonstrar a existência de leis físicas especiais não verificadas na matéria inerte, havendo uma relação absoluta entre a estrutura molecular e as funções biológicas, e o código genético tornou-se assim de importância primordial.

Sabe-se hoje que uma bactéria tem cerca de 10 milhões de sinais informativos, e que o homem tem ainda mais 500 a 1000. Os 10 milhões de sinais correspondem de 2000 a 3000 proteínas, que no ser humano é ainda muito superior.

O mecanismo da hereditariedade humana reside no código das bases pirimídicas unidas aos ácidos nucleicos celulares, conseguindo-se já alterar o código genético em microrganismos e podendo ser aplicado ao homem do futuro.

A *eugenósia*, ciência destinada a melhorar o tipo, é controvérsia grave pelos aspectos filosóficos e morais.

A *eufenesia*, ciência nova, consiste na reprogramação das células somáticas e na modificação do desenvolvimento. Mensagens genéticas simples podem sintetizar-se quimicamente, seleccionando-se génes obtidos de um tipo de bactéria para serem inseridos noutra, produzindo alterações genéticas nesta última e conduzindo à hipótese de fecundar um óvulo, com o núcleo de uma célula cultivada, que contém a informação que se pretende transplantar.

A medicina tem permitido estabelecer algumas relações entre o número crescente de doenças e determinadas características genéticas. Estes conhecimentos têm sido aplicados no aconselhamento genético em casais de alto risco, que podem gerar uma criança deficiente, pelo que actualmente poderão escolher conscientemente entre evitar a sua reprodução ou correr esse risco.

A realização generalizada de exames genéticos poderá futuramente permitir a prevenção e a terapêutica de algumas doenças. Outros autores não

hesitam mesmo em prever a correcção, «in vivo», das chamadas deficiências genéticas, curando não só o indivíduo doente mas também toda a sua descendência.

A utilização de estudos genéticos, como forma de selecção para certos empregos, já foi iniciada nos Estados Unidos, há cerca de uma dúzia de anos. A anemia falciforme é uma doença relacionada com a existência de dois génes que produzem uma hemoglobina anormal, não apresentando estes indivíduos quaisquer sinais de doença. Foi então que a Força Aérea dos Estados Unidos começou a utilizar este tipo de testes, na selecção dos candidatos à carreira de piloto, eliminando aqueles que possuísem génes de anemia falciforme. A partir daqui algumas empresas começaram a fazer a selecção genética no recrutamento do seu pessoal.

Poderá um médico utilizar a informação médica num sentido que não seja apenas a saúde do doente? Poderá um médico entregar a uma empresa os segredos genéticos de um indivíduo, que por vezes nem ele próprio conhece? Não será depois esta deficiência do indivíduo um impedimento para a sua promoção profissional, na medida em que uma organização possa optar por uma pessoa sã em vez duma com duvidosa saúde? Não serão estas as futuras bases de um novo racismo e a medicina estar a colaborar na divisão de uma sociedade de aptos e de inaptos? E como afirmava Motulsky, da Universidade de Washington, não terão os indivíduos o direito à sua vida privada e também à incerteza da sua futura saúde?

A *manipulação genética* consiste no conjunto de intervenções especiais, em relação com os fenómenos da reprodução ou herança genética, com a finalidade de alcançar transformações radicais, podendo ser constituída pela *terapêutica genética*, que consiste na modificação do material hereditário com a finalidade de corrigir génes causadores de doenças, e a *engenharia genética*, que consiste em modificações orientadas para melhor aperfeiçoamento da dotação genética humana e a introdução de novas características.

Depois da era atómica, que caracterizou a primeira metade deste século, encontramos já na «era genética», podendo agora a humanidade ser ameaçada pela «bomba genética».

A *terapia genética* pode resolver a cura de algumas doenças genéticas hereditárias, por correcção ou substituição do géne anormal causador da doença.

A *engenharia genética* poderá ter uma intervenção directa sobre os génes, com a finalidade de transformar o património genético de organismos inferiores, o que poderá conduzir a grandes interrogações sobre quais serão os riscos ameaçadores de tais experiências. No campo humano já foi até apontada a possibilidade de um «Homo Novus», obtido com a evolução directa e forçada dos cromossomas.

O *aconselhamento genético* é outro problema, tendo-se progredido no campo da patogenia e diagnóstico das doenças hereditárias: a amniocentese permite antes do nascimento diagnosticar doenças como a fibrose quística, a fenilcetonúria, a galactocemia e mongolismo, entre outras.

Quem poderá decidir acerca do que será melhor para o homem do futuro? Quem decidirá sobre tais manipulações? E quem tomará a decisão de modificar por completo o futuro da raça humana?

Até onde é correcto, apesar do risco a que se submete o indivíduo ou o doente, a obtenção de conhecimentos para o benefício do próprio indivíduo ou de outro, ou mesmo da sociedade, ao experimentar novos agentes terapêuticos?

Depois das atrocidades cometidas pelos médicos nazis foi elaborado o Código de Nuremberga, baseando-se no princípio fundamental do conhecimento voluntário do indivíduo sujeito à experimentação.

A Declaração de Helsínquia, além da necessidade de obter o consentimento voluntário, a obrigação de conduzir de forma escrupulosa a experiência e estabelecer um equilíbrio entre os riscos relativos e os possíveis benefícios a obter mediante a investigação.

Apesar de tudo isto o que é o livre consentimento, sabendo o indivíduo aquilo que está a autorizar?

Justifica-se a utilização da experimentação humana em atrasados mentais, prisioneiros de guerra ou doentes incuráveis?

Justifica-se manter a vida artificial em doentes com uremia crónica, com diálise intermitente, através de esforços do pessoal e recursos financeiros elevados?

Justifica-se gastar centenas de contos na realização de uma transplantação com sobrevivência curta?

As *transplantações* conduzem a graves problemas, como a protecção dos direitos do dador, a definição do momento da morte, a angústia e o trauma psíquico do receptor ante a possibilidade de rejeição imunológica.

As preocupações em relação às transplantações cardíacas têm de ter em conta o respeito pela vida e pela dignidade humana e exigem uma clarificação do momento em que o dador pode ser considerado morto, não se podendo tratar de morte clínica mas de morte real. De outro modo é absolutamente inadmissível. Se a morte do dador for comprovada pode então conservar-se o dinamismo e o funcionamento do coração por meios extrínsecos ou mecânicos, tratando-se agora não da vida do dador mas da vida mecânica de um dos seus órgãos.

Só após terem sido feitos todos os esclarecimentos ao receptor e esgotadas todas as outras possibilidades com que conta a ciência é que se admite a transplantação cardíaca por especialistas, desde que dotados de sofisticado equipamento médico-cirúrgico e não apenas pela fama, competência, progresso da ciência, mas simplesmente como tentativa de salvar o doente.

O indivíduo como doente tem o direito de ser respeitado, e o conhecimento em relação à sua pessoa tem de ser mantido dentro dos limites da confiança, baseado na tradicional relação médico-doente, no segredo profissional e de acordo com os códigos de deontologia médica.

Não são deontológicas as informações dadas ao público, através dos meios de comunicação social, com a identificação do doente e a discussão pormenorizada dos actos médicos realizados, sem o mínimo de escrúpulos, e conduzindo apenas a uma propaganda pessoal do cirurgião responsável pelo acto cirúrgico.

Os novos conhecimentos biológicos e as recentes técnicas médicas tornam hoje possível prolongar a vida humana, pondo-se as seguintes questões ao médico. Devo prolongar a vida? Posso prolongar esta vida embora não seja obrigada a tal? Devo não prolongar esta vida?

Nos casos de doentes com comas prolongados e irreversíveis, com vida vegetativa e que estão mantidos artificialmente sem qualquer esperança de poderem recuperar ou melhorar, não se é obrigado a recorrer a meios

extraordinários, ou se a eles se recorre podem ser legitimamente suspensos. Mas muitas vezes continua-se a prolongar a vida a qualquer custo.

O referido avanço da ciência médica, o domínio da técnica de ressuscitação, a possibilidade de prolongar a vida do moribundo, colocam o problema grave de manter a vida, ou de desistir e deixar morrer o doente.

É lógico manter a vida de toda a forma, utilizando drogas, múltiplas intervenções cirúrgicas, transplantações de órgãos, órgãos artificiais, hemodiálise, respiradores artificiais, «pace-makers» e tantos outros meios, causando o sofrimento de todos, além dos graves problemas económicos?

Os progressos da medicina fizeram aparecer, nestes últimos anos, aspectos diferentes do problema da *eutanásia*, reclamando novos esclarecimentos no plano ético.

A medicina aumentou a sua capacidade de curar e de prolongar a vida em condições que, muitas vezes, levantaram problemas de carácter moral. Assim, os indivíduos que vivem determinados ambientes, interrogam-se com a angústia sobre o significado da velhice e da morte, e se não haverá o direito de se poder encontrar uma morte mais suave que possa aliviar os sofrimentos e seja mais conforme com a dignidade humana.

A situação clínica que geralmente vem à ideia das pessoas é a das dores violentas que marcam as fases terminais dos tumores malignos, aliadas às complicações da caquexia concerosa, e também à atitude reaccional dos que assistem aos efeitos dos analgésicos e sobretudo ao temor da sua ineficácia.

É nestes climas de sofrimento que surgem solicitações, marcadas pelo desespero e pela emoção, partindo do doente ou dos seus familiares, para que possa cessar tão intenso sofrimento.

Ao longo dos séculos os médicos consideraram sempre como imperativo ético o respeito pela vida dos seus doentes, como refere uma parte do Juramento de Hipócrates. Estabelecerei o tratamento dos doentes da maneira que lhes for mais proveitosa, segundo o meu critério e as minhas possibilidades e evitando todo o mal e injustiça; não administrar a ninguém um veneno, mesmo que peçam para o fazer, nem sugerirei a ninguém semelhante procedimento.

Esta atitude mantém-se nos actuais textos deontológicos, como refere a Declaração de Genebra: «Manterei respeito absoluto pela vida humana, desde o momento da concepção.»

A eutanásia, significando morte sem dor e sem angústia, era uma proposta dos estóicos, tendo Séneca escrito que toda a vida é uma aprendizagem para morrer e Sócrates apresentava-a como o modelo de alguém em que a vida é coroada com uma morte corajosa e exemplar. Depois, para Bacon e para Moro, a eutanásia passou a ter um significado diferente, como pôr termo à vida de outrem de uma maneira suave.

A eutanásia foi utilizada em estados terminais de doenças irreversíveis, de modo a evitar o sofrimento do doente e o dispêndio de dinheiro pela sociedade. Posteriormente passou também a incluir os incuráveis, os disformes e os inaptos.

As múltiplas notícias, as reportagens, as entrevistas, os textos ridigidos no estilo superficial dos jornalistas que temos, poderão prever o aparecimento de um grupo de pressão para reivindicar mais uma despenalização e em que os médicos virão a ser de novo honrados, com um choque frontal contra os mais elementares princípios da ética.

As tentativas de legislação propostas para legalização da eutanásia têm sido múltiplas em diversos países.

Já se reivindicou a permissão legal de documentos notariais de expressão da vontade que tenham como efeito a aplicação da eutanásia. Paralelamente, noticiam-se com sensacionalismo casos de homicídio ou infanticídio praticados em crianças com malformações congénitas, objecto por vezes de absolvição judicial, como foi o célebre caso da talidomida.

Sabe-se também que em hospitais geriátricos se tomam decisões da interrupção da terapêutica em doentes idosos, e que não são mais do que um disfarce de um processo deliberado de acelerar o inevitável processo da morte natural.

A classe médica não tem deixado de ser confrontada, nos tempos actuais, com as pressões sociológicas de poder vir a praticar a eutanásia, havendo já notícias de abrandamento da atitude ética em vários países.

Muito recentemente deu enorme celeuma a atitude da Associação Médica dos Países Baixos, perante a tentativa de despenalização da eutanásia e do auxílio ao suicida, tendo sido praticamente aceite e quase sem protesto, as projectadas disposições legais, que passavam a regular a acção dos médicos holandeses nesta matéria. Tal atitude foi objecto de viva crítica e reprovação da Comissão Deontológica dos Médicos da Comunidade Económica Europeia e teve como resultado que a Associação Médica

Mundial, na 39.^a reunião, recentemente realizada em Madrid, reafirmasse que o acto deliberado de pôr fim à vida de um doente que o solicitasse é contrário aos mais elementares princípios da ética.

Na actualidade, a medicina não pode responder com certeza a todas estas questões, devendo os médicos proteger a qualidade da vida e preservar a dignidade do ser humano.

Parece ser de manter também e quanto à ética médica, nos problemas da medicina contemporânea, o raciocínio de Browne.

«Vive de acordo com a ética tradicional e submete-te às regras clássicas da honestidade.

Não ponhas novos nomes às autênticas virtudes e vícios.

Não penses que a moral é ambulatoria e que os vícios de uma geração não são os vícios de outra, ou que as suas virtudes podem ser derrubadas por simples opiniões.»

Ao terminar a abordagem de tão complexo tema, sobre a melhor actuação possível a ter perante os grandes problemas éticos da Medicina Contemporânea, tentarei transmitir aquilo que foi sempre a minha maneira de actuar, quando me encontrava perante problemas deste tipo.

«Quando estava só e sendo o único responsável perante um caso complexo, nem sempre me serviam os pretextos racionais. Dissesse o que dissesse para justificar-me, no fundo de mim mesmo, sentia sempre a voz da consciência que dizia sim ou não, apesar de todas as razões invocadas. Acabava então por ter de decidir, baseando-me sempre em três princípios: a *fé* que punha sempre nas minhas intenções; a *esperança* que retirava sempre dos meus fracassos; e o *amor* com que sempre actuei nos meus actos.»

Lisboa, 10 de Novembro de 1989.

J. A. Esperança-Pina

Reitor da Universidade Nova de Lisboa

A FRENTE LESTE

Adriano Moreira

A FRENTE LESTE (*)

1. No dia 9 de Novembro de 1989 os berlinenses derrubaram o muro que, desde Agosto de 1961, era o símbolo da ordem estalinista e o sinal da confrontação entre as concepções do mundo e da vida, respectivamente, ocidental e soviética. Seguiu-se, e está em curso, um acelerado processo de renúncia dos governos comunistas instalados no leste europeu pelos exércitos soviéticos que ocuparam o terreno à medida que levavam de vencida os alemães invasores, na guerra de 1939-1945. Na primeira imagem pareceu geralmente aos observadores que se tratava da falência da utopia marxista, mas talvez seja também de recordar que aquilo que estava em vigor era uma concepção imperial leninista, soviética e não doutrinariamente apocalíptica, nacionalista antes de afixar e utilizar a imagem do internacionalismo proletário.

Por outro lado, a dimensão da responsabilidade política mundial soviética não era superior à dimensão da correspondente responsabilidade americana. A disparidade das formas de governo diz respeito à jurisdição interna das vastas zonas de influência de cada um dos desviacionismos que retalharam o antigo euromundo governado pelas soberanias de sede europeia. Aqui, a última guerra civil, que dá pelo nome de II Guerra Mundial, terminara com a declaração de falência do sistema que levava séculos a construir e que em seis anos via ruir a estrutura. Na própria plataforma de arranque, a linha Oder-Neisse marcava o encontro de ambos os desviacionismos que entre si dividiam a influência sobre o chão da antiga casa comum.

2. Desde então, o aparelho que formalmente representava a proclamada nova ordem era como habitualmente enganoso quanto à realidade da estrutura do poder mundial. A ONU e as suas agências especializadas, erigidas em nome de um ideal mundialista que fora expresso na Carta do

(*) Colóquio organizado pela Comissão de Auditores do IDN.

Atlântico de 14 de Agosto de 1941 e na Declaração das Nações Unidas de 1 de Janeiro de 1942, não correspondiam à efectiva hierarquia das potências e à intervenção destas na gestão da política mundial.

Enquanto que na Carta do Atlântico se dava ênfase à necessidade de desarmar os Estados que constituíam uma ameaça para a paz, os quais obviamente eram os inimigos dos Estados convergentes na grande Aliança Democrática, destes últimos surgiam as novas magestades assentes no poder atómico, reclamando um título novo que foi o de — superpotências.

A hierarquia dos Estados, contrária ao princípio jurídico da igualdade, foi uma constante secular da nossa organização internacional, e a semântica nunca deixou de fornecer uma cobertura heráldica, em muitos casos subsistente para além da variação da estrutura mundial.

As duas superpotências (EUA-URSS) adoptaram ambas um modelo imperial, não sendo sem motivo que Raymond Aron teorizou sobre a República Imperial para compreender a política norte-americana.

3. A teoria desenvolvida neste meio século sobre os blocos recorreu predominantemente à *perspectiva sistémica*, considerando os elementos e variáveis identificáveis como longamente duradouros; cada um dos *sistemas* implantado no *ambiente* do outro; relacionados por correntes recíprocas de exigências, ameaças e decisões que se equilibravam; inspiradas estas no objectivo de evitar a *escalada* determinante de um desequilíbrio irrecuperável, que se assumia ter como consequência inelutável o holocausto. A crise de Berlim (1948), a agressão de Cuba (1968), a intervenção na Hungria (1956) e na Checoslováquia (1968), a guerra do Afeganistão (1979), foram pontos críticos, entre outros, dessa tensão que originou vários esquemas de acção, o mais complexo chamado *guerra fria*.

Havia porém uma linha geográfica que definia uma fronteira entre os dois blocos, e que era um *cordão sanitário* de iniciativa ocidental, com o seu primeiro ensaio levado a efeito quando da revolução bolchevista de 1917. Parece ter sido o Marechal Foch quem usou o conceito ao propor a frustrada união das franjas limítrofes da Rússia, que abrangeriam os sonhados novos Estados independentes — Finlândia, Estados Bálticos, Polónia, e eventualmente a Ucrânia, a Crimeia e a Geórgia —, para isolar o bolchevismo do resto da Europa. Os comandantes dos exércitos antibolchevistas nunca conseguiram porém adquirir a solidariedade dos aliados e das nacionalidades dominadas pelo derrubado império russo, porque o seu projecto

era restaurar o império, e não desenvolver os ideais da coligação democrática vencedora. Lembre-se, como exemplo, que o General Demkine era francamente adversário da Polónia e da liberdade da Ucrânia, do Cáucaso e das restantes pequenas nacionalidades. A renúncia dos aliados foi um factor do triunfo leninista, e o que restou da ideia do cordão sanitário, cujo último elemento foi talvez o corte das relações de Portugal com a URSS até 1974, não teve eficácia⁽¹⁾.

Mas o conceito foi retomado logo que a grande coligação aliada da última guerra mundial se dissolveu. O bloco ocidental estabeleceu um novo *cordão sanitário* ao longo das fronteiras mundiais do bloco comunista. O *Tratado do Atlântico Norte* (NATO) assinado em 4 de Abril de 1949, em Washington; a União da Europa Ocidental (UEO) criada por uma série de protocolos adicionais ao Tratado de Bruxelas (17 de Março de 1948); o *Pacto de Segurança do Pacífico*, criado em 1951; a *Organização do Tratado do Sudoeste Asiático* (OTASE), constituída pelo Tratado de Manila de 8 de Setembro de 1954; a Organização do Tratado Central (CENTO), criada pelo Pacto de Bagodá, de 1955. O sistema das alianças foi ainda integrado pelos *Tratados de Segurança* entre o Japão e os EUA, de 8 de Outubro de 1951; *Tratados de Defesa Mútua*, Filipinas-EUA de 1951, Coreia do Sul-EUA de 1953, China Nacionalista-EUA de 1954⁽²⁾.

4. Desta vez, a política do *cordão sanitário* foi mais determinada, estruturada, persistente, e alheada das eventuais correntes internas soviéticas porque o totalitarismo do sistema não deixava prever ocasião de se manifestarem e menos de fazerem flectir a política do regime. Mas foi também uma política que exigiu uma considerável mobilização de recursos militares, financeiros, humanos, e que mais de uma vez se viu obrigada à escalada das guerras marginais, como a da Coreia, que já foi chamada uma tragédia típica do século XX. Começada em 1950 por razões puramente ideológicas, custou a vida a 34 000 americanos, 1 milhão de coreanos, 250 000 chineses. Foi um desafio directo, executado por Kim Le Sung e concebido por Estaline, à legalidade internacional. Os EUA pagaram essa acção internamente, entre outras consequências, com os excessos de Mc Carthy, que abriram uma ferida severa no tecido moral da sua democracia.

(1) Paul Jonhson, *Une Histoire du Monde Moderne*, Paris, 1985, 1.º vol., pág. 86 e sgts.

(2) Adriano Moreira, *Ideologias Políticas*, ano lectivo de 1963-1964, Lisboa, pág. 171 e sgts.

Mais grave foi porém a guerra do Vietname, onde intervieram em 1961, bombardeando o norte, pela primeira vez, em 7 de Fevereiro de 1965. Em 21 de Abril de 1975 os helicópteros da Marinha pousaram no telhado da Embaixada dos EUA em Saigão, e partiam depois levando o pessoal diplomático e alguns amigos vietnamitas. Em 30 de Abril o Vietname do Sul capitulava sem condições.

Entretanto, na sequência do escândalo do Watergate, a lei sobre os Poderes de Guerra, a condenação pelo Congresso dos compromissos militares, as restrições impostas a qualquer ajuda suplementar ao Vietname, marcavam o processo de transferência da sede do poder, do Presidente para o Congresso.

O Japão, aproveitando em parte das sequelas dessa guerra, tal como aconteceu com os restantes Estados livres da Ásia em geral, contribuía para lembrar ao eleitorado americano que o seu mar nacional é o Pacífico e que ali nasciam ameaças sérias para a sua proeminência económica e financeira.

Estes dois factos maiores, que foram a Coreia e o Vietname, inscreveram-se numa política soviética, menos exigente de investimentos humanos e materiais, de desestabilização da linha do cordão sanitário. Usando sistematicamente, como a única excepção do Afeganistão, uma força intermédia — pequenas potências, partido armado, guerrilha rural e urbana. Os casos do Iémen do Sul, do corno de África, da Etiópia, da abertura da rota entre o Índico e o Atlântico, da Líbia, da inquietação permanente do Norte de Espanha e da Irlanda, de Cuba e da América Central, tudo se exprimia numa erosão da credibilidade dos pactos ocidentais, uma espécie de envolvimento do dispositivo envolvente.

Durante o período de implantação do leninismo, este não deixou de apelar para o patriotismo tradicional da Rússia, invocando o cerco ocidental, e incitando à bravura necessária para aguentar o socialismo cercado num só país. Apelos semelhantes foram escutados durante a Segunda Guerra Mundial.

Quando, em 16 de Março de 1975, o Presidente Ford procurava salvar a política vietnamita, alertando contra «esta mudança radical da política externa relativa a numerosos países, porque constitui uma ameaça fundamental... para a segurança dos Estados Unidos», o Congresso não se como-

veu, dando mostras de se aperceber de que o sentimento do cerco começava a ter domicílio, não em Moscovo, mas sim em Washington.

5. Nesta destronada sede do governo do Euromundo, que é a Europa, o regime político de Berlim foi, especialmente desde 1961, data da construção do Muro, o símbolo do confronto entre as duas concepções do mundo e da vida ao redor da terra. Este confronto, em que sempre se evitou a subida directa aos extremos entre as duas superpotências, traduziu-se de facto numa política de *corresponsabilidade mundial* entre os EUA e a URSS, ambos os Estados assumindo uma perspectiva de inimigos íntimos.

As modalidades do confronto foram várias, mas a mais duradoira foi a da *guerra fria*, talvez um fundo permanente de todas as outras. Isto porque não é infundado entender que nasceu das sequelas de Yalta (1945), quando Churchill notava: «É preciso estar preparado, agora, para toda a espécie de coisas que o nosso país não está em condições de impedir. Nesta matéria, a responsabilidade é agora dos Estados Unidos, e desejo que estes recebam todo o apoio que lhe possamos dar. Mas se eles não puderem fazer nada, então estaremos constrangidos a consentir que as coisas sigam o seu curso.»

A retórica de Roosevelt produziu um documento chamado *Declaração da Europa Libertada*, para a qual proclamava, sem garantias, «o direito de todos os povos a escolher livremente a forma de governo sob o qual querem viver», e que Estaline assinou sem hesitação. A Europa de Leste tinha certidão de nascimento. O Presidente dos Estados Unidos concluiu depois, sem vantagem para os europeus, que o marechal soviético «não era homem de palavra». Em 5 de Março de 1945, Churchill declarava na Universidade de Fulton: «De Stettin, sobre o Báltico, a Trieste, sobre o Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente.»

Para além das várias iniciativas e confrontos que se desenvolveram ao longo destes anos, parece que o mais importante é salientar a *política de corresponsabilidade*, simbolizada pela proposta feita por Kennedy, em 12 de Dezembro de 1962, para instalação de uma linha telefónica directa entre a Casa Branca e o Kremlin. Mas esta política teve expressões mais substanciais, especialmente em tudo o que respeita à detenção e proliferação, vertical e horizontal, do armamento atómico.

O Tratado de Moscovo, de 5 de Agosto de 1963, que decidiu a suspensão das experiências nucleares, foi uma primeira importante aplicação do conceito que Krushev enunciara em 1957, ao declarar que o ponto central da segurança mundial se encontrava nas relações entre as duas superpotências. O Acordo Russo-Americano de 26 de Maio de 1972 (Salt I), sobre a limitação dos armamentos estratégicos; o Acordo Russo-Americano de 22 de Junho de 1973 sobre a prevenção da guerra nuclear, e até o Acordo de Helsínquia, de 16 de Agosto de 1975, demonstram que os EUA-URSS atribuem proeminência aos seus próprios interesses estratégicos mundiais, e que assumem a responsabilidade de Estados Directores, uma categoria contra a qual lutaram na guerra; que a razoabilidade limitaria a competição, com o risco dos desencontros sobre a definição dessa linha de contenção⁽³⁾.

De facto entrara-se num período, entre 1945-1980, de manutenção da paz pelo terror, o que se traduziu em introduzir a *variável do medo* na estrutura duradoira do sistema de relações internacionais.

Quando, em 1949, os EUA tiveram a certeza de que os russos tinham realizado a sua primeira explosão atómica, e que o seu monopólio nuclear findara, também concluíram pela necessidade de uma protecção militar ao redor da terra. Foi admitido que os EUA poderiam levar o esforço da defesa até 20 por cento do PNB. Progressivamente, assumiram compromissos militares com 47 Estados, criaram e mantiveram 657 bases, e mantiveram fora das suas fronteiras um exército de 1 milhão de homens.

O ponto crítico em que se encontram as relações entre as duas superpotências, e, por dependência, o resto do mundo, foi antevisto e assumido durante os mandatos coincidentes de Kennedy e Krushev. Este último, num discurso de 6 de Janeiro de 1961, afirmou que o triunfo comunista não seria o resultado de uma guerra atómica que aniquilaria o género humano, nem de uma guerra convencional que seria sempre patamar do confronto nuclear, mas sim o resultado do «conflito revolucionário contra o imperialismo», na Ásia, na África, na América Latina, onde os comunistas tirariam vantagem das circunstâncias.

O Presidente Kennedy aceitou o desafio nos termos propostos e, no discurso de posse, declarou que não temia a responsabilidade, antes a

(3) Textos em *Legado Político do Ocidente*, coordenação de A. Moreira, A. Bugallo, e Celso Albuquerque, Lisboa, 2.ª edição, 1988.

assumia com orgulho. Em defesa da liberdade, os EUA estavam decididos a «pagar todos os preços, a carregar todos os fardos, a suportar qualquer prova, a combater qualquer inimigo».

O peso desta responsabilidade conjunta e concorrencial levou ambas as superpotências a um ponto de tensão dos respectivos sistemas que obrigou a rever — *a logística dos impérios*. Quando, em 1983, o Presidente Reagan anunciou uma nova Strategic Defence Initiative (SDI), mais conhecida por *guerra das estrelas*, era o défice que a financiava. David P. Galleo, um dos ensaístas do declínio americano, concluía: «enquanto a América assumir o seu actual papel geopolítico, conter o poder militar soviético e manter uma economia mundial viável parece crescentemente incompatível» (4).

Por seu lado, a URSS, tal como foi documentado por Mikhail Gorbachev ao fazer aprovar as suas novas políticas da Glanost e da Perestroïka pelo XXVII Congresso do PCUS, em 1985, reconheceu que a logística do império se firmava naquilo que chamamos uma intolerável dívida interna (5). Talvez o livro de Michael Voslensky, chamado NOMENKLATURA, de 1980, tenha sido o que mais expressivamente chamou a atenção para a circunstância de o círculo da economia de guerra da URSS, com os seus privilegiados, assentar na exploração de um círculo, de raio muitíssimo maior, que abrangia a multidão condenada a uma economia de subsistência. As carências dessa população constituem a dívida interna: envelhecimento do aparelho produtivo, frustração de *rising expectations* das novas gerações, alienação das nacionalidades submetidas e dos satélites, incapacidade crescente dos sistemas educativo, de saúde e de segurança social, repressão brutal das sociedades civis interna e do leste europeu, uma pesada clandestinidade do Estado sustentada a nível mundial, e uma reacção convergente partindo de cada uma das ilhas dos deserdados.

A linha de condomínio de responsabilidade mundial, pela lógica dos factos, conduziu a um ponto crítico em que a revisão da logística dos impérios apareceu, a ambas as superpotências, como a alternativa necessária para salvar a paz até agora mantida pelo dispendioso equilíbrio do terror. O Encontro de Malta (Dezembro de 1989), entre os dois responsáveis maiores de ambas as superpotências, foi uma auditoria da chamada coexistência

(4) David P. Galleo, *Beyond American Hegemony*, Nova Iorque, 1987, pág. 126.

(5) Gorbachev, *El provenir pacífico de nuestro planeta*, Barcelona, 1986.

pacífica, que alguns, como Nixon, chamaram antes a terceira guerra mundial. Não deve ter faltado examinar a verdadeira contabilidade do passivo que foi organizada por Frederico Mayor Zaragoza — *Mañana siempre es tarde* (1987), e que demonstra como a política armamentista se provou incompatível com uma política de desenvolvimento e solidariedade entre sociedades afluentes e sociedades pobres.

6. Quando, na tarde da Festa de Todos os Santos de 1517, Lutero afixou as suas teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, não previu o caderno reivindicativo de 1525, atribuído ao Pastor Balthazar Hubmaier, e definindo as queixas do povo armado. Ele próprio se viu obrigado a escrever o famoso panfleto — *Contra a horda de salteadores e assassinos camponeses*, incitando os príncipes a «derramar o sangue» para evitar «todo o mal que estes canalhas possam ainda vir a praticar». Na batalha de Böblingen, a 12 de Maio de 1525, os príncipes coligados liquidaram a revolta, enquanto os camponeses vencidos cantavam — *Vinde Espírito Santo*.

Com frequência, as políticas assumidas levam a resultados não queridos por nenhum dos intervenientes, e nem sequer previstos. A grande Coligação Democrática da guerra 1939-1945 não se formou para a *liquidação dos impérios coloniais* da Europa da frente marítima, mas todos se desagregaram; os EUA não assumiram o Governo do Japão com o intuito de estarem a braços com a *concorrência económica* que os desafia; a luta ocidental pela supremacia estratégica, provocando a resposta soviética, não pretendeu dar origem à *variável do medo* que se transformou em variável mundial.

Também quando, em Novembro de 1986, na reunião anual do COMECON, as novas políticas de Gorbachev foram tranquilamente acolhidas, nenhum dos líderes que ali compareceram (Kadar, Ceaucescu, Hoenecker, Truong Chinh, Jaruzelski, Fidel de Castro, Jivkrov, Husak, Batmonn) pressentiu a tensão excessiva a que chegara o sistema de que eram líderes, nem a velocidade da mudança que surpreendeu todos os governantes e analistas do mundo.

O movimento das massas, que provocou a acelerada queda dos governos e uma apressada tentativa de resposta institucional, é um dos históricos efeitos que não foram previstos por ninguém.

O ponto omega que parece determinar todos os movimentos pode ser a *paz confiável*, com os corolários do desarmamento, primeiro, a definição

de fases de cooperação, em seguida, entre os dois mundos até agora relacionados pelo conflito que não era paz nem guerra, como disse Aron.

Também parece claro que a velocidade da mudança impulsionada pelo movimento das massas, que ninguém pode dizer que governa, traz o risco de a mudança dos regimes do Leste não conseguir chegar a termo evitando a catástrofe do Estado. E este seria um novo efeito não querido, que poria em risco imediato o principal objectivo prosseguido, que é o da paz pelo direito. Daqui a conclusão de que é necessária, para o interesse comum, uma cooperação do Ocidente para conseguir uma evolução sustentada no Leste.

Que as instituições europeias serão necessariamente afectadas por tão vasto fenómeno, e que os governos ocidentais foram surpreendidos pelo que sempre pregaram, também parece de aceitar.

Que a reunificação da Alemanha, seja qual for a forma definitiva, é um problema maior da pequena e grande Europa, não pode ser escondido pela semântica da cenografia habitual do discurso político eficaz. Mas se o estado de alerta das instituições internacionais e dos governos não é dispensável, as certezas sobre a evolução, submetida a uma variável sem governo, são descabidas e dispensáveis. Uma atitude aberta, firme nos princípios e flexível nas soluções, distante dos conservadorismos dos interesses satisfeitos, já parece um passo construtivo no sentido de não sacrificar nenhuma possibilidade de substituir as armas da guerra pelas armas da paz. Uma cultura da paz em vez de uma cultura de guerra.

Braga, 2 de Dezembro de 1989.

Adriano Moreira

SEMIALINHAMENTO: REALIDADE CONCEPTUAL
OU MISTIFICAÇÃO SEMÂNTICA?

José Manuel da Costa Arsénio

SEMIALINHAMENTO: REALIDADE CONCEPTUAL OU MISTIFICAÇÃO SEMÂNTICA?

INTRODUÇÃO TEMÁTICA

O conceito de semialinhamento — essencialmente aplicado a certos países da OTAN, em função da sua eventual reduzida comparticipação nas tarefas e acções unanimemente decididas no seio da Aliança Atlântica — tem constituído um tema extremamente controverso, a que o confronto Leste-Oeste veio trazer uma maior densidade especulativa que nem o advento da «Glasnost» e da «Perestroika» logrou esbater.

Conceito não consagrado em termos de legitimidade teorizadora, o semialinhamento reflecte, acima de tudo, uma atitude política de certos países membros da OTAN, visando a obtenção de um «status quo» interno favorável e de um tipo de coexistência contemporizadora, na esfera das relações externas.

Situando-se num plano intermédio entre o alinhamento e o não alinhamento, o semialinhamento não deixa, porém, de exhibir também características inerentes à neutralidade, pelo que se nos oferece como pertinente uma prévia análise sucinta destes três conceitos concorrentes, antes de se proceder a uma tentativa de definição do fenómeno e a uma determinação dos seus factores identificadores.

ALINHAMENTO

O alinhamento — de que a OTAN representa modelo eloquente — assenta numa mancomunação de interesses e numa permanente acção de cooperação, sob a égide de um tratado consagrador de compromissos mútuos que vinculam os países membros a uma tomada de acção conjunta perante uma dada situação.

O conceito de alinhamento é aplicável aos estados membros dos dois Blocos fautores da dicotomia Leste-Oeste: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia.

Os benefícios colhidos com o alinhamento implicam, por norma, o pagamento de um certo tributo por parte dos países membros, o que, no caso específico da OTAN, se pode resumir em três linhas-mestras de orientação que presidem à sua política de defesa e dissuasão:

1. Todo o país-membro deverá contribuir para a Aliança na justa proporção dos seus recursos e capacidades relevantes.

2. Nenhum aliado, no exercício da sua política externa ou doméstica, deverá impedir a OTAN de perseguir os seus primordiais objectivos defensivos e dissuasores.

3. Na condução da sua política nacional, nenhum membro da OTAN deverá incorrer em acções ou omissões susceptíveis de fazer perigar a segurança dos outros aliados.

Estes três princípios contêm em si o espírito da divisa «et pluribus unum» (um por todos e todos por um) inerente ao tipo de aliança puramente democrático, como se pode constatar pela leitura dos artigos do Tratado de Washington, criador da OTAN.

O Pacto de Varsóvia, embora invocando princípios idênticos e, em certos pontos, coincidentes com os da OTAN, enferma, todavia, do carácter totalitário imposto pela sua superpotência dominante — a União Soviética — que, assim, reduz o lema «et pluribus unum» à sua faceta parcial de «todos por um».

NAO-ALINHAMENTO

O não-alinhamento — fenómeno nascido do pós-guerra com o surto de novos estados independentes gerado na Conferência de Bandoung, - em Abril de 1955, e alimentado pelo clima de guerra fria consubstancial ao conflito Leste-Oeste — representa um movimento politicamente consciente, conquanto ideologicamente heterogéneo, agrupando cerca de cem países, maioritariamente do Terceiro Mundo, mas englobando também algumas nações europeias (ex: Jugoslávia, Chipre). Embora os critérios para adesão ao movimento, formulados numa conferência preparatória rea-

lizada em Belgrado, em 1971, sejam algo vagos e imprecisos, é, contudo, possível detectar características distintivas dos países não-alinhados. Com efeito, constituindo-se como movimento, as nações em causa têm, como objectivo principal, evitar qualquer envolvimento no conflito Leste-Oeste. Além disso, o não-alinhamento admite um certo compromisso de ordem política que permite, inclusivamente, a participação dos países concernidos em alianças — de que é exemplo flagrante a Organização da Unidade Africana (OUA), dentre cujos princípios básicos ressalta o do não-alinhamento com os Blocos —, sendo-lhes igualmente legítimo o desencadear de acções de beligerância, sobretudo quando se trata de apoio a movimentos de libertação nacional (ex: o auxílio prestado pela OUA ao Zimbábwe).

Verifica-se, por conseguinte, que não é excluída a hipótese de participação de estados não-alinhados num conflito bélico, nem o estabelecimento de vínculos políticos e militares com uma superpotência (ex: Angola com a União Soviética; Tailândia com os Estados Unidos) ou a aceitação de um considerável controlo desta última sobre assuntos àqueles respeitantes, do que se pode tomar como modelo o paternalismo e influência exercidos pela União Soviética e os Estados Unidos sobre alguns países não-alinhados que lhes são afectos (ex: Cuba e Panamá, respectivamente).

NEUTRALIDADE

A neutralidade, cujos princípios fundamentais, no quadro do Direito Internacional, foram promulgados na Convenção de Haia, de 1907, visa, acima de tudo, a abstenção de envolvimento em confrontos armados e, contrariamente ao não-alinhamento, caracteriza-se por um estrito individualismo, sem inserção em qualquer movimento colectivista de nações, pelo que não admite a filiação em alianças político-militares, nem o eventual apoio a estados beligerantes.

Deve notar-se, todavia, que, por vezes, em caso de guerra, sempre que um estado beligerante viola o território de um estado neutro, a este é legítimo usar da força armada para impor as leis da neutralidade. Com efeito, uma nação em contenda bélica não raro invade um país neutro para lhe ocupar o território e, a partir daí, surpreender o inimigo, como foi, por exemplo, o caso do Vietname em relação ao Camboja.

O risco de uma similar eventualidade estará, certamente, na origem do esforço considerável despendido pelos principais países neutros europeus — Suíça e Suécia — na mobilização de efectivos e no equipamento das suas Forças Armadas.

DEFINIÇÃO DE SEMIALINHAMENTO

Desta breve tentativa explanatória das várias formas de coexistência política na esfera internacional, facilmente se deduz que alinhamento e não-alinhamento se situam em pólos opostos; mas ambos tendentes à preservação da segurança nacional. A questão que aqui se coloca, como cerne do objecto de estudo que ora nos move, consiste em determinar se, como alternativa à citada tensão de polaridade, não existirá, de facto, uma terceira opção possível, quiçá proporcionadora de maiores vantagens e benefícios com um mínimo de riscos e perdas.

Em teoria, as alternativas de alinhamento e não-alinhamento são incompatíveis, pois representam tomadas de posição que mutuamente se excluem; no entanto, no campo das acções concretas, o procedimento poderá ser algo diverso, já que algumas nações da OTAN se decidem pela adopção de soluções de compromisso, que se traduzem por uma prática simultânea de alinhamento e não-alinhamento, em que o país membro mantém a sua inserção formal na Aliança, reservando-se, porém, o direito de decidir, por si próprio, quais as obrigações e comparticipações a que aceitará submeter-se. Trata-se, assim, de uma atitude de adesão parcial, através da qual certos países aliados logram uma fruição máxima de direitos e um cumprimento mínimo de deveres, postando-se num estado intermédio que não espelha um alinhamento total nem revela um não-alinhamento declarado, o que levou à formulação do recém-criado conceito de «semialinhamento».

Nils Orvik, eminente Professor norueguês de ciências políticas, na sua obra «o Declínio da Neutralidade», define semialinhamento como «o envolvimento parcial de um país dentro do dispositivo de uma aliança formal» e, referindo-se especificamente às nações sobre as quais incide a sua definição, apresenta-as como «estados que são formalmente alinhados, mas que interpõem certas reservas explícitas quanto ao seu grau de participação na aliança».

À Luz destes conceitos, o semialinhamento consistirá, por conseguinte, numa fase interpolar entre o não-alinhamento estrito e o alinhamento pleno. Assim, um país membro da OTAN que apenas pode honrar alguns dos compromissos assumidos e rejeita o cumprimento de outros, resvalará, inapelavelmente, para a categoria de «semialinhado». E, quanto maior for o número de acções conjuntas — decididas pelo órgão supremo da Aliança Atlântica — a que o estado membro se recusar a aderir, mais pronunciada será a sua aproximação da qualidade de não alinhado. Por outro lado, se encararmos o sentido tendencial inverso, ou seja, a aceitação, por parte de um estado não-alinhado, de compromissos que o vinculem a um grupo de nações alinhadas, considerar-se-á que tal aproximação da via para o alinhamento fará emergir tal estado numa condição de «semineutro».

As propensões acabadas de referir podem resumir-se, portanto, no seguinte esquema vectorial:

Alinhado —————> Não-alinhado = Semialinhado

Não-alinhado —————> Alinhado = Semineutro

Se se avançar, um pouco mais, no campo das hipóteses, ser-se-á levado a conceber que um país semialinhado e outro semineutro, que se encontrem numa posição de perfeita equidistância em relação aos seus pólos respectivos de alinhamento e não-alinhamento, poderão praticar políticas manifestamente idênticas.

CARACTERIZAÇÃO DO SEMIALINHAMENTO

Dado que a matéria-tema desta breve divagação especulativa incide, exclusivamente, sobre a vertente semialinhada de certos países da OTAN, procuraremos, em seguida, coligir os factores essenciais conducentes ao estabelecimento dos critérios atributivos daquela condição.

Importa, primeiramente, referir a evolução da estratégia da OTAN, superiormente decidida pela sua liderança, pois é na reacção de certos aliados a essa mesma estratégia que se podem detectar os mais notórios desvios do alinhamento nascido do Tratado de Washington.

Com efeito, na sequência da Guerra da Coreia, os órgãos maiores da Aliança Atlântica iniciaram uma política de defesa avançada, com a consequente petição de concessão de bases por parte dos países membros.

Em 1954, numa reunião do Conselho do Atlântico, a proposta de instalação de armas nucleares tácticas a fim de compensar a inferioridade da OTAN perante o Pacto de Varsóvia, no plano das forças convencionais, foi aceite, sem objecção ou discussão, pelos estados membros da Organização.

Em 1967 dá-se o surto da doutrina da resposta flexível inspirada pelo relatório Harmel; e, em 1979, teve lugar a decisão de dupla via («two-track decision»), propugnando a instalação de armas nucleares de alcance intermédio (INFs) na Europa Ocidental.

Face a estas proposições de cunho estratégico, globalmente aceites pelo supremo consistório da OTAN, poder-se-ão estabelecer, pela negativa, os factores susceptíveis de fazer recair sobre um país membro a denominação de semialinhado:

- Rejeição do estabelecimento permanente de bases militares para Forças Armadas da Aliança;
- Recusa de instalação e armazenamento de armas nucleares;
- Proibição ou restrição de manobras e exercícios militares, no quadro da OTAN;
- Reduzida percentagem do Produto Nacional Bruto destinada à Defesa;
- Menor empenho na aquisição de equipamento, na mobilização de efectivos e na manutenção da operacionalidade das Forças Armadas nacionais.

SINTOMATOLOGIA DO SEMIALINHAMENTO

Aplicando aos estados membros da OTAN os critérios basilares acima enunciados, demonstrar-se-á à evidência quais os países que acusam sintomas perceptíveis de semialinhamento.

Dinamarca

Neste contexto, os aliados nórdicos assumem uma certa relevância, pois foram os primeiros a rejeitar o apelo da Aliança para o estaciona-

mento de tropas e o armazenamento e instalação de armas nucleares nos seus territórios.

A Dinamarca tem ostentado duas tendências opostas que têm moldado a sua política de segurança: um alinhamento com o Ocidente, expresso por uma activa cooperação militar e, em contrapartida, um assomo de neutralidade perante o conflito Leste-Oeste e uma ténue postura defensiva.

Como já anteriormente referido, a recusa de estacionamento de forças aliadas e a exclusão de armas nucleares adentro das suas fronteiras, incluindo a Groenlândia, foram os primeiros laivos de semialinhamento dinamarquês, em período imediatamente sucedente à criação da OTAN.

Em 1957, este país escandinavo recusou uma proposta apresentada pelos Estados Unidos numa reunião do Conselho do Atlântico Norte, visando dotar o SACEUR (Comando Aliado Supremo na Europa) com mísseis balísticos de alcance intermédio (IRBMs) e almejando o estabelecimento em solo europeu da OTAN de depósitos de munições nucleares para as armas tácticas, as quais ficariam sob controlo americano, em tempo de paz.

Em 1960 a Dinamarca declinou um pedido da Aliança para a afectação de forças suas ao SACEUR, em tempo de paz, para fins de defesa aérea conjunta e negou-se a contribuir com unidades para uma força naval aliada.

Em campos específicos de cooperação ou coordenação, o governo dinamarquês tem aceite, tacitamente, as linhas de orientação da OTAN, mas tem, de algum modo, restringido a respectiva implementação, como, por exemplo, no caso de exercícios militares intramuros, no âmbito da Aliança, que têm sido sempre sujeitos à aprovação prévia do poder político. Neste particular ressalta o aspecto peculiarmente sensível em torno da ilha de Bornholm — guarda avançada de inquestionável valor estratégico à entrada do Báltico — onde a presença de forças aliadas está intransigentemente excluída, por força de um compromisso contraído, nesse sentido, pelo governo dinamarquês perante a União Soviética, após a retirada das tropas russas que ocupavam a ilha no fim da 2.^a Guerra Mundial.

Outras áreas em que a Dinamarca tem deixado entrever o seu cunho semialinhado, são a da percentagem do PNB para a Defesa, que tem sido significativamente inferior aos 3 por cento mínimos recomendados pelas

superiores instâncias da OTAN, e a extensão do serviço militar que, situando-se em 18 meses em 1953, tem vindo a ser alvo de sucessivas reduções, cifrando-se, presentemente, em 9 meses.

Em 1983 a Dinamarca foi um dos países membros da OTAN que contribuíram decisivamente para a chamada «crise dos INFs», quando o seu parlamento declarou oposição aberta à instalação daqueles mísseis em território dinamarquês.

Noruega

Perfilhando uma política de sincronia com a Dinamarca, no tocante ao banimento de bases militares e armamento nuclear do seu solo nacional, a Noruega terá começado a desenvolver a sua tonalidade semialinhada mesmo antes da existência da Aliança Atlântica, em virtude de forte pressão soviética exercida no pós-guerra, que se traduziu por reivindicações de partes do território norueguês (a ilha de Bear e as ilhas Svalbard), pela proposta de um tratado de não-agressão entre os dois países e por uma insistente tentativa de demovimento da Noruega relativamente à sua adesão ao Pacto do Atlântico.

Para além das restrições mencionadas, contrapostas às impetrações da OTAN, o governo norueguês adoptou outras medidas supletivas, puramente unilaterais, não-passíveis de prévia consulta aos aliados, as quais subtraem certas zonas da parte setentrional da Noruega aos exercícios e manobras militares da Aliança. Dentre estas restrições, avultam as limitações do número de aviões de combate e vasos de guerra que, além do mais, não estão autorizados a transpor os 24° de Longitude Leste; o restringimento do tipo de armamento e equipamento transportado pelos aviões aliados; a não-realização de manobras e exercícios conjuntos da OTAN, na província de Finnmark; e a proibição de entradas em portos noruegueses de navios aliados que transportem armas nucleares.

França

A retirada da França da estrutura militar integrada da OTAN em 1966, com a consequente transferência da sede da Organização para Bruxelas

e a exclusão de forças aliadas do seu território, leva-nos a que tenhamos de a considerar ferida de semialinhamento.

A decisão do General De Gaulle foi o epílogo de uma reacção iniciada em 1958, materializada pela retirada sucessiva de unidades e efectivos franceses do sistema aliado integrado e pela recusa de instalação de rampas de lançamento e de «stocks» de armas atómicas em solo francês.

Todavia, é mister encarar a França como uma considerável potência, com as suas forças nucleares independentes, igualmente previstas para a defesa comum do Ocidente, e com um envolvimento militar activo em zonas do Globo extra-europeias. Além disso, é justo salientar a participação exaustiva da França em manobras militares da OTAN, bem como a sua cooperação preponderante em importantes agências da Organização. Se tomarmos ainda em linha de conta que a sua «Força de Acção Rápida», criada em 1985, visa o reforço da segurança europeia, e que a sua Lei de Defesa Nacional, promulgada em 1987, acautela, prioritariamente, uma dissuasão credível, através de uma afectação de 32 por cento do seu Orçamento de Defesa aos programas nucleares, havemos de convir que a França não pode ser comparada aos outros países membros da Aliança, sobre os quais impende o espectro do semialinhamento, pois não lhe são aplicáveis a maior parte dos critérios aqui enunciados.

Espanha

Por concomitância com a França, a Espanha também não pode deixar de ser aqui focada, se bem que a sua não-integração na estrutura militar da OTAN não obste a que esteja representada nos principais órgãos militares da Organização — O Comité Militar e o Comité de Planos de Defesa (DPC) — a que se pode acrescentar a sua participação no Grupo de Planos Nucleares (NPG), pese embora o facto de a Espanha se afirmar como um país desnuclearizado.

Ainda que a parcela do seu PNB atribuída à Defesa esteja francamente abaixo dos valores mínimos propostos pela OTAN, a Espanha não deverá ser concebida como um país semialinhado, pois só de uma forma bastante ténue lhe poderá ser imputado um dos outros critérios apriorísticos, em

consequência da sua decisão de fazer retirar da Base Aérea de Torrejón os aviões de combate norte-americanos «F-16», ali instalados na qualidade de forças cometidas à OTAN.

Grécia

A Grécia, após uma longa fase de alinhamento pleno, particularmente acentuado durante o «regime dos coronéis», de 1967 e 1974, enveredou, a partir de então, por uma política caracteristicamente semialinhada que teve, como móbil gerador, a segunda invasão de Chipre pela Turquia, em Agosto de 1974, a qual levou o governo de Karamanlis a protestar veementemente contra o que classificou de inércia e consequente tolerância por parte da OTAN.

Tal reacção conduziu a uma retirada da Grécia da estrutura de comando integrado da Aliança, complementada pelo encerramento das instalações militares norte-americanas em território helénico, as quais foram colocadas sob comando grego; pela desactivação da Base Aérea estado-unidense em Hellinikon; pela denúncia do acordo para abrigo portuário à Sexta Esquadra norte-americana; e pela retirada das Forças Armadas helénicas da OTAN, à qual a Grécia ficou apenas ligada por laços de ordem política. Acresce ainda que, durante um período de pelo menos três anos, o governo grego não permitiu que a sua área territorial fosse utilizada para palco de manobras de forças aliadas, interdição essa que só foi levantada em Setembro de 1977, data que marca o início da retomada de negociações com vista à reintegração das Forças Armadas helénicas na estrutura da Aliança, o que veio a ter lugar em Outubro de 1980, após vencidos os sucessivos vetos da Turquia.

Contudo, o alinhamento grego não se pode considerar completo, em virtude da sua percepção de uma ameaça permanente por parte de outro país membro da OTAN — a Turquia —, o que explica a menor cooperação negocial da Grécia em torno da instalação dos mísseis nucleares de alcance médio na Europa, assim como o cancelamento de manobras militares aliadas em território helénico, em 1982, e a retirada das Forças Armadas gregas dos exercícios navais da Aliança no Mar Egeu e no Mediterrâneo Oriental, como forma de protesto contra o facto de a Organização se recusar a incluir a ilha grega de Lemnos naqueles exercícios.

Apenas a elevada percentagem do PNB dedicada às Forças Armadas (6,59 por cento em 1988) parece querer desmentir a feição semialinhada da Grécia, se bem que tal se deva, essencialmente, à já referida percepção da ameaça turca e não a um esforço consciente de observância das recomendações dimanadas da OTAN.

Países Baixos

A cabida dos Países-Baixos neste nosso excursus, deve-se, essencialmente, à sua rejeição da decisão de dupla via e da instalação dos mísseis nucleares de alcance intermédio, sobretudo por influência do seu Partido Trabalhista, gerador de um vírus de carácter neutralista e pacifista, vulgarizado sob a designação de «hollanditis», que contaminou o BENELUX e a Escandinávia, e até países de maior compleição, como a Grã-Bretanha e a República Federal da Alemanha. Aliás, já anteriormente o Partido Trabalhista havia tentado insuflar espiroquetas de semialinhamento no tecido político holandês de ligação à Aliança. Tal tentativa verificara-se no congresso do Partido, em 1975, em que os delegados votaram a favor de uma participação condicional dos Países-Baixos na OTAN, decisão essa que só viria a ser revogada em 1979. Entretanto, fora derrotada uma proposta no sentido de os Países-Baixos seguirem o exemplo francês e abandonarem a estrutura militar integrada da Organização.

De 1979 a 1984, o Partido Trabalhista firmou-se numa política de total oposição à instalação dos 48 mísseis de cruzeiro nos Países-Baixos, o que levou o executivo a adiar a respectiva decisão até que, em Junho de 1984, um governo de coligação de cristãos-democratas e de liberais se resolveu a aceitar, com firmeza, a «double-track decision» de 1979.

No concernente à percentagem do PNB holandês dedicado à Defesa, o declínio tem sido acentuado (de 3,28 por cento, em 1983, para 2,99 por cento, em 1988), o que não tem deixado de causar visível preocupação nos quadros superiores da OTAN, dada a cobertura abrangente que os Países-Baixos detêm, na esfera da Organização, em termos de operacionalidade e equipamento, nos planos convencional e nuclear.

Canadá

Paralelamente ao caso holandês, também a inclusão do Canadá neste contexto é parcialmente derivada da acção de um partido da oposição: o

Novo Partido Democrático. Na realidade, este partido que, desde a sua fundação em 1961, nunca participou em qualquer governo, começou por sustentar uma retirada do Canadá da Aliança, no caso de esta se transformar numa potência nuclear. Mais tarde, em 1969, o Novo Partido Democrático propugnou o abandono da OTAN pelo Canadá como reflexo da sua discordância da política de dissuasão nuclear da Aliança e daquilo que consideravam uma incapacidade desta última para negociar com os países do Pacto de Varsóvia.

Se bem que, presentemente, os neo-democratas dêem indícios de contemplarem uma continuidade do Canadá na OTAN, mantém-se firme a sua oposição ao uso de armas nucleares, postura esta que vêem formalmente reflectida no próprio governo desde 1972.

Embora isentando-se de um desempenho nuclear no seio da Aliança, o Canadá não deixa, porém, de fazer depender a sua capacidade defensiva do poder de dissuasão nuclear dos Estados Unidos.

A luz dos critérios aqui adoptados, o reduzido quinhão do PNB canadiano afectado à Defesa emerge como o factor em que um pretenso semi-alinhamento mais se patenteará. De facto, tendo sofrido pronunciada quebra de 3,5 por cento para 1,7 por cento, entre 1962 e 1974, e apesar de uma ligeira recuperação desde 1980, os valores registados em 1988 cifram-se em 2,8 por cento, uma das mais baixas percentagens no cômputo geral dos países membros da OTAN. Contudo, tal exiguidade orçamental não constitui argumento suficiente para que se deva definir o Canadá como um país semialinhado, já que os aspectos positivos da sua acção alinhada sobrelevam amplamente a lacuna em questão; senão vejamos:

- Uma forte cooperação bilateral com os Estados Unidos, concretizada através da cedência de diversas bases em solo canadiano (Gold Lake, Argentina Stephenville, etc.);
- Participação no NORAD (North American Aerospace Defense Agreement), sistema americano-canadiano de apoio aos objectivos estratégicos dos dois países, tal como definidos pela OTAN, e sob cujo comando se encontra a maioria das tropas estado-unidenses estacionadas no Canadá;
- Concessão de utilização de bases em Shilo (Manitoba) e Suffield (Aberta), respectivamente para o treino de unidades dos exércitos da República Federal da Alemanha e da Grã-Bretanha, bem como

- da Base Aérea de Goose Bay (Labrador), onde evoluçionam efectivos americanos, alemães e britânicos;
- Exercícios militares anuais conjuntos, em território canadiano, desenvolvidos ao nível dos três ramos das Forças Armadas dos Estados Unidos e Canadá.

PORTUGAL — EXEMPLO DE INTEGRALISMO

Desta textura aliada, de que acabamos de destacar alguns dos seus filamentos tidos por menos consistentes, ressalta o aspecto modelar da posição de Portugal como país membro escrupulosamente atinente aos princípios de estreita coesão, que presidem aos sumos desígnios da OTAN, dado que o nosso país concorre, de forma assaz diligente, de acordo com a sua dimensão e potência, para a consumação dos fins ingentes da Aliança, através de uma acção política cristalina e coerente, conducente à meta última sempre perseguida pela Organização — a defesa e segurança do Ocidente.

Se nos debruçarmos, atentamente, sobre os critérios-base que subjazem à elaboração teórica do semialinhamento, ser-nos-á manifestamente evidente que Portugal não incorre em nenhum dos citados percursos ínvios.

Com um contributo percentual do seu PNB (3,13 por cento, em 1988) superior à média recomendada pela OTAN para a Defesa Nacional dos países membros, Portugal tem desenvolvido um esforço louvável de modernização e reequipamento das suas Forças Armadas, aliás expressivamente consubstanciado na Brigada Mista Independente, cometida ao SACEUR como reforço regional do CINCSOUTH (Comando das Forças Aliadas no Flanco Sul), a fim de ser instalada no Norte de Itália, na iminência de crise declarada. Também a aquisição de 3 fragatas «MEKO» pode ser apontada como acção ilustradora do empenho posto na valorização das Forças Armadas portuguesas.

Estes dois exemplos destacáveis inserem-se, porém, num conjunto titânico de medidas renovadoras ao nível dos três ramos, tendente à consolidação de uma defesa credível, à escala nacional e no quadro da Aliança Atlântica como complemento das 14 unidades da nossa Marinha já cometidas ao SACLANT (Comando Supremo Aliado do Atlântico) e das 4 esquadilhas da Força Aérea adstritas ao SACEUR (3) e ao SACLANT (1).

No campo das concessões territoriais, é incontestável a prestação portuguesa para com a OTAN, não só no âmbito bilateral (Acordos das Lajes, Flores e Beja, respectivamente com os governos aliados dos Estados Unidos, França e República Federal da Alemanha; e o Acordo GEODSS, firmado em 27 de Março de 1984 com os Estados Unidos da América), mas também em relação a diversas infra-estruturas afectadas à Aliança Atlântica, de que constitui expoente maior o Comando da Área Ibero-Atlântica (CINCIBERLANT) instalado em Oeiras, que tem à sua disposição imediata forças exclusivamente portuguesas.

CONCLUSÃO

É forçoso admitir que razões preponderantes estão subjacentes à atitude pretensamente semialinhada dos países aqui visados. Especialmente as nações escandinavas e os Países-Baixos viram-se confrontados, após a 1.^a Guerra Mundial, com uma espécie de vácuo criado pelo desaparecimento da «neutralidade imparcial», até então vigente, sobre a qual se estribavam.

Com o advento do novo tipo de sistemas de aliança, baseado na segurança colectiva, a opção neutral teve, necessariamente, de ser alvo de ajustamento e adaptações. Para esses países, a adesão a uma aliança punha-se como um requisito imprescindível, embora lhes tenha permanecido latente a intenção de evitarem envolvimento em guerras globais e conflitos entre as grandes potências, acções que, na sua óptica, só poderão fazer perigar — e não salvaguardar — a sua segurança nacional.

Aliás, o próprio Tratado de Washington, no seu Artigo 1.^o, contempla, em parte, esta postura, quando reza que «as Partes se comprometem, tal como o estatuído na Carta das Nações Unidas, a resolverem, por meios pacíficos, as dificuldades internacionais em que possam ver-se envolvidas, de forma a que a paz, a segurança e a justiça internacionais não sejam postas em perigo. Também o Relatório Harmel reforça esta ideia, ao explicar, no seu parágrafo 7, que «na sua qualidade de estados soberanos, os Aliados não são obrigados a subordinar a sua política a uma decisão colectiva.»

Por este prisma, pode afigurar-se-nos como plausível a posição reputadamente semialinhada dos estados aqui em apreço, ditada por motivos de ordem histórico-geográfica e pelas idiossincrasias da sua própria grei.

A Noruega, que com a União Soviética tem uma fronteira comum de-veras vulnerável, e que, como vimos anteriormente, já foi alvo de veementes reivindicações territoriais por parte daquele país, bem como de fortes pressões para uma não-adesão à OTAN, não pode deixar de exhibir uma preocupação natural em evitar o desencadear de acções que possam despertar o descontentamento de tão poderoso país limítrofe. O mesmo se pode aplicar à Dinamarca, que ocupa uma posição estratégica de país-tampão na desembocadura do Báltico, onde a ilha de Bornholm figura como marco de extrema sensibilidade histórico-política face à União Soviética. A Grécia, confinando com a Bulgária, terá naturais motivos para uma preocupação latente, ainda que se deva reconhecer que a sua orientação semialinhada é, sobretudo, filha de uma profunda sensibilidade face à ameaça da Turquia, especialmente depois da invasão e ocupação por este país de parte da ilha de Chipre, em 1974. Os Países-Baixos, sendo um estado-tampão da República Federal da Alemanha, ressentir-se-ão, inevitavelmente, desse condicionamento geográfico que molda a atitude semialinhada do seu povo. O Canadá, mais exposto à influência vizinha da superpotência dominante da Aliança, terá uma menor percepção da ameaça de Leste, o que lhe tem determinado uma atitude semialinhada mais esbatida em relação à dos seus congéneres europeus.

Se nos ativermos à tradição étnica destes países, verificamos que o semialinhamento norueguês, dinamarquês e holandês será, uma herança da sua anterior condição de «neutros imparciais». A Grécia, com apenas um século e meio como país independente, faz radicar algo da sua posição semialinhada no seu orgulho pelo passado histórico que confere ao povo grego uma dignidade nacional própria, a despeito de não raro haver recorrido à protecção de nações mais poderosas contra a ameaça de agressão dos seus velhos inimigos. O Canadá, com uma relação de dependência físico-política até à 2.^a Guerra Mundial, encontrará na atitude semialinhada um pretexto para afirmação de independência.

Assim, ser-nos-á legítimo deduzir que, para além do decisivo factor político, também a localização geográfica, os antecedentes históricos e a tradição étnica, influenciam, em proporções diversas, o semialinhamento

dos países de que nos temos vindo a ocupar. Assim é que os «neutros imparciais» mais remotos — Noruega e Dinamarca — são os que ostentam um espírito mais arreigadamente semialinhado. A Grécia situar-se-á numa posição intermédia, ao passo que os Países-Baixos e o Canadá se limitam a uma expressão mais discreta.

Ao atribuir-se a estes países — ainda que como elaboração artificial — a designação de «semialinhados», não se pretende com isso pronunciar uma condenação implícita, mas sim exprimir uma limitação endémica. De mais a mais, se procedermos a um exame atento do comportamento de todos os países constitutivos da OTAN, poderemos concluir que não existem «alinhados puros», pois todos eles, de uma forma ou de outra, têm exibido, aqui e além, quebras da solidariedade consagrada no espírito e na letra do Tratado de Washington.

Os próprios Estados Unidos da América — potência condutora e paradigmática da Aliança — terão sido apontados como negligenciadores da hegemonia que preside à Organização, em consequência do ataque aéreo a Tripoli, susceptível de fazer periclitir a segurança dos seus aliados do Mediterrâneo; do mesmo modo que o Tratado sobre os «INFs» foi considerado por alguns — nomeadamente o Presidente Mitterrand — como um entendimento bilateral entre as duas superpotências, em que os Estados Unidos, não consultando os seus parceiros europeus da OTAN, se comprometeram a retirar-lhes parte do poder de dissuasão que lhes haviam anteriormente conferido mediante a instalação daquelas armas nucleares.

Também a República Federal da Alemanha, tida como um aliado da mais firme conduta, tem dado indícios de ocasionais transvios, já patenteados na tendência para uma certa neutralidade pacifista, manifestada no início da presente década, como reacção deveras abrangente, à escala nacional, à anunciada instalação dos «Pershing II» e dos mísseis de cruzeiro no seu território; e, recentemente, através da recusa de Helmut Kohl em aceder à proposta do Presidente Bush para renovação dos mísseis nucleares de curto alcance (SNFs), em conformidade com a planificação estratégica da Aliança.

Dentro desta ordem de ideias, retomando os quesitos da nossa epígrafe inicial, e numa tentativa final para a extracção de uma dedução ilativa e o apuramento de uma análise conclusiva sobre o fenómeno, diremos que todo o conceito é irredutível, isto é, não deve incidir sobre classes que

lhes são extrínsecas, pelo que o semialinhamento, interpenetrando-se com a neutralidade e o não-alinhamento, não deve ser encarado como uma realidade conceptual autónoma, dado que, para tal, teria de constituir, por si só, um real em totalidade — que o alinhamento já consubstancia.

O semialinhamento será, quando muito, a diferença específica que distingue uma determinada espécie de países que integram o género maior do alinhamento.

No plano semântico, embora se deva reconhecer que o termo não encerra qualquer tipo de mistificação, é, todavia, assinalável a diferença entre o significado da expressão e o seu significante, ou seja, a imagem acústica que produz no ouvinte uma impressão empolada, tendente à formulação de um falso significado, mais intimamente conotado com a ideia de não-alinhamento do que com a noção-mãe de alinhamento.

Poder-se-á, portanto, asseverar que o semialinhamento não deverá ser tomado como um conceito lapidar, dogmático, pois não subsume um conjunto de princípios inalienavelmente vinculadores, mas antes reflecte uma atitude pragmática, metastática, conscientemente assumida por alguns países membros da OTAN, que com esta mantêm uma relação de professo alinhamento.

José Manuel da Costa Arsénio

Diplomata

Conselheiro de Estudos no Colégio de Defesa da OTAN

HISTÓRIA, SEGURANÇA E DEFESA
— UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR —

Nuno Severiano Teixeira

HISTÓRIA, SEGURANÇA E DEFESA (*)

— UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR —

A relação entre a História e a Segurança e Defesa pode pensar-se sob dois pontos de vista distintos:

- O primeiro, e provavelmente o mais óbvio, poderia equacionar-se do seguinte modo: como todas as actividades humanas, também a Segurança e Defesa se inscrevem no tempo e como tal têm uma história. O primeiro contributo da História para a Segurança e Defesa poderia ser, assim, o de fazer a própria história da Segurança e da Defesa.
- O segundo, certamente mais complexo, poderia equacionar-se desta outra forma: em que medida, onde e como é que a História, enquanto discurso científico constituído, poderá contribuir para o corpo de conhecimentos relativos à Segurança e Defesa. Dito de uma outra maneira, qual o estatuto epistemológico, qual o objecto de estudo e qual o procedimento metodológico do discurso historiador numa perspectiva interdisciplinar — História/Segurança e Defesa.

É a partir desta segunda postura e da problemática que ela suscita, que poderá pensar-se a questão a este nível de interdisciplinaridade. Antes, porém, importa fazer duas considerações. A utilização da categoria «História» impõe desde logo uma precisão e suscita alguma perplexidade. Precisão, porque «história» é uma palavra polissémica e que tem pelo menos dois registos. Enquanto a sociologia estuda a sociedade, a biologia estuda a vida, ou a demografia estuda a população, a história estuda a história. Neste primeiro registo, a história designa a vivência real do passado — o acontecimento. No segundo, designa o estudo desse mesmo passado — o relato do acontecimento. Acrescente-se, desde já, do acontecimento ver-

(*) Comunicação apresentada na mesa-redonda sobre a Estrutura dos Conhecimentos sobre Segurança e Defesa, realizada no IDN em Novembro de 1989.

dadeiro. Ao contrário do que acontece no romance, em que o relato é ficção, na história o relato é verdadeiro. A história é um conhecimento que se pauta por uma norma de verdade. É neste segundo registo que falo da história, não como realidade, mas como saber.

Perplexidade, porque «a História» hoje não existe. O que existe é uma multiplicidade de «histórias» com objectos teóricos distintos, procedimentos científicos, isto é, práticas teórico-metodológicas diferentes, e discursos autónomos. Mais, a própria categoria comum que poderia unificar o campo da história — o Tempo — desdobrou-se numa multiplicidade de tempos, próprios a cada um dos diferentes campos, com ritmos e durações diversas.

A «História», pois, não existe, existem, sim, uma história económica, uma história demográfica, uma história social, cultural, política, antropológica, e os domínios poderiam continuar a desdobrar-se, quase indefinidamente. Quando falo da «História» faço-o por comodidade, mas, para pensar o seu contributo para a Segurança e Defesa, terá que partir-se dessa pluralidade de histórias, deste estado que entre os historiadores costuma designar-se de «estilhaçamento da História».

Porém, para reflectir sobre esse contributo e para que se possa avaliá-lo mais rigorosamente, impõe-se uma definição clara sobre o estatuto epistemológico da História — a natureza científica e a função social do discurso historiador.

Desde que se procura a si própria como discurso científico, a história conhece dois momentos importantes: o primeiro é o da sua fundação na segunda metade do século XIX, o segundo, para nós decisivo, é o da sua grande renovação a partir de 1930, de que hoje a «Nova História» é a herdeira mais directa.

O momento da fundação é dominado pelas correntes positivista e idealista que, embora divergentes do ponto de vista epistemológico coincidiam não só teórica e metodologicamente mas também na leitura que faziam da função social da história. Para esta história tradicional, o facto histórico era apenas o facto único, singular, atomizado — o «grande acontecimento», normalmente político ou militar. O tempo histórico era apenas um — único, linear, contínuo e irreversível: «a sucessão dos acontecimentos». E também o sujeito histórico era apenas o sujeito individual e voluntarista, o protagonista do grande acontecimento, o Rei, o general, numa palavra — «o herói». A história era, assim, a sucessão no tempo dos grandes

acontecimentos protagonizados pelas grandes figuras. É o primado absoluto do acontecimento e o primado absoluto do político. Do ponto de vista teórico, esta concepção justificava-se: herdeira de Hegel, esta História tradicional considerava o Estado o lugar privilegiado da mudança histórica e o homem, individual e voluntariamente considerado, o seu sujeito. Daí uma história de grandes acontecimentos políticos, protagonizados por grandes figuras em função do Estado. Mas esta concepção justificava-se também pela leitura que faziam da função social da história. É que a história cumpria também uma função política — uma tarefa nacional, que era a transmissão dos valores culturais e políticos de um povo pelo estudo do seu passado. Ora, por este culto deliberado da Pátria que esta história fazia, passava frequentemente a legitimação dos regimes. É certo que este primeiro passo para uma história científica se constituiu, no quadro dos movimentos nacionalistas e do reforço dos estados nacionais, na segunda metade do século passado. Porém, como diz Paul Veyne «assimilar a história científica às recordações nacionais de que ela procede é confundir a essência de uma coisa com a sua origem; é não distinguir a química da alquimia, a astronomia da astrologia»⁽¹⁾.

Ora, é precisamente contra esta concepção da história e da função política que desempenha, que procede a grande renovação historiográfica que conduz à «Nova História». Esta renovação, empreendida pela chamada «escola dos Annales», regista-se a dois níveis: o da concepção da própria história e o da sua função social. O paradigma do novo discurso historiográfico assentava num célebre artigo de François Simiand — «Méthode Historique et Sciences Sociales», de 1903 — retomado pelo manifesto dos primeiros «Annales» de 1929, em que se criticavam «os três ídolos da tribo dos historiadores» — o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Contra a história exclusivamente política propõem Marc Bloch e Lucien Febvre uma história económica e social da qual sairiam outros domínios, contra o sujeito individual, propõem uma história total das sociedades, e contra a cronologia do tempo único, linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos. Esta mudança, implica desde logo, o alargamento do campo da história e a reformulação das suas concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Não só o facto político é histórico, mas todos os factos humanos e tudo o que é histórico é

(1) Paul Veyne «Histoire», in *Enciclopedia Universalis*, vol. 8, Paris, 1968, p. 423.

digno de história. Mais, o lugar privilegiado da mudança histórica não é o Estado mas as sociedades na sua globalidade, e o sujeito não é só, nem fundamentalmente, o «herói», mas sim os grupos sociais. A História não interessa apenas o acontecimento, interessam também as conjunturas, as estruturas e os tempos que lhe são inerentes, os tempos de duração média e longa. A História constitui, assim, um paradigma epistemológico assente na interdisciplinaridade com as diversas ciências sociais em busca dum estatuto científico. Estatuto científico este, que não é compatível com a função política da história tradicional. É toda uma outra leitura da função social da história que se desenha desde os «Annales» à «Nova História». «O historiador — como diz André Bourguière — deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimidade retrospectiva, deve procurar pelo contrário dar-lhes os meios de melhor compreender, por isso de melhor gerir os mecanismos da realidade social»⁽²⁾. Não quer isto dizer que não haja, antes, condicionalismos sociais na produção do discurso histórico (há-os em qualquer ciência); não quer dizer também que não haja, depois, apropriações sociais do discurso histórico (há-as também em qualquer ciência); quer dizer, sim, que a função da história é produzir informações verdadeiras, sem que estejam *ao serviço de* e procurar inteligibilidade para alguns mecanismos sociais. Em suma, a História deverá elaborar soluções técnicas, e não legitimar escolhas políticas.

Depois desta história tradicional, que desempenhava uma função política, negando que a desempenhava, e duma certa história marxista que assumia explicitamente essa função, parece hoje pacífico na comunidade historiográfica, e muitas são as correntes epistemológicas no seu seio, que não faz história *ao serviço de*, seja este *de* identidades nacionais, memórias colectivas, ou legitimidades políticas. E isto, seja em função do *statu quo*, ou da revolução.

A história não é a expressão de situações existenciais, é um conhecimento científico cuja norma é a verdade e a independência em relação às apropriações sociais que o seu discurso possa suscitar — dos programas

(2) André Bourguière, «Histoire d'une Histoire: La Naissance des Annales», in *Annales E. S. C.*, Paris, 1979, p. 1356.

escolares às comemorações históricas, passando pelas legitimações políticas⁽³⁾.

Assim, sumariamente definido o estatuto epistemológico da História, é a partir destas duas proposições — a da natureza científica e da independência do seu discurso — que terá que pensar-se a contribuição da História para o corpo de conhecimentos relativo à Segurança e Defesa.

Importa agora procurar e definir qual ou quais os objectos de estudo, ou seja, qual ou quais os domínios historiográficos em que a interdisciplinaridade é possível. Partindo duma concepção restrita do conceito de Segurança e Defesa, o contributo privilegiado da História viria indubitável e exclusivamente da História Militar. Porém, partindo do conceito lato e integrado de Segurança e Defesa — que aqui se considera — terão que ponderar-se outros domínios historiográficos, com particular relevo para a História das Relações Internacionais. História das Relações Internacionais porque justamente, ao contrário da História Diplomática tradicional, esta assume uma postura epistemológica globalizante e integrada que responde precisamente ao conceito considerado de Segurança e Defesa. Partindo do concurso interdisciplinar dos diversos domínios historiográficos, a História das Relações Internacionais procura um enfoque total dos fenómenos internacionais nos seus diferentes níveis de funcionamento (do interestatal ao transnacional) e graus de conflitualidade (da paz à guerra)⁽⁴⁾.

História Militar e História das Relações Internacionais são, portanto, os dois domínios historiográficos cujo contributo para o corpo de conhecimentos sobre Segurança e Defesa parece constituir-se como mais importante.

Definidos os domínios de colaboração interdisciplinar, qual o procedimento metodológico operativo? Lucien Febvre não se cansou de dizer que «a história era ciência do passado/ciência do presente» e Marc Bloch disse sempre que «o passado e presente se iluminam reciprocamente», isto é, não só o presente questiona o passado, também o passado informa sobre

(3) O processo de renovação historiográfica que vai da História Tradicional à Nova História e que aqui se sumaria é um processo longo e extremamente complexo. Uma análise um pouco mais detalhada pode encontrar-se em Nuno Severiano Teixeira «A História Política na Historiografia Contemporânea», in *Lei História*, n.º 13, Lisboa, 1988, pp. 77 a 102.

(4) Veja-se a este respeito Pierre Renouvin/Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*, Paris, 1964, e especialmente Jean-Baptiste Duroselle, «De l'Histoire Diplomatique à l'Histoire des Relations Internationales», in *Mélanges Pierre Renouvin. Études d'Histoire de Relations Internationales*, Paris, 1966, pp. 1 a 15.

o presente. Ora é aqui que reside o cerne da questão — o melhor conhecimento do passado pode contribuir para a melhor compreensão do presente, e esta para a melhor gestão do futuro. Esta consideração é tanto mais pertinente nas questões que tangem com a Segurança e Defesa, quanto o corpo de conhecimentos que se lhes referem não deixam de ter uma dimensão eminentemente praxiológica. É neste sentido, e desta forma, que deverá correr a contribuição da História para o corpo de conhecimentos sobre Segurança e Defesa. Contribuição importante, quiçá indispensável, mas, por vezes, contestada.

De facto, existem hoje algumas correntes teóricas que consideram a História negligenciável ou simplesmente acessória no conhecimento das questões internacionais, nomeadamente nas que se referem à Segurança e Defesa. O conhecimento privilegiado para estas questões estaria, exclusivamente, na formalização abstracta — nos modelos matemáticos, na teoria dos jogos, na teoria dos sistemas, na construção de cenários hipotéticos de relações hipotéticas entre potências reais, ou, até mesmo, entre potências imaginárias. E seria do correr destes jogos e do funcionamento destes modelos que poderia retirar-se o conhecimento mais adequado das regras do presente e os indicadores mais seguros para a gestão do futuro. Esta postura epistemológica que se revela operatória para a determinação do fenómeno de carácter geral e necessário, muito dificilmente o será no domínio do particular e do aleatório, tão característico nos fenómenos internacionais e muito especialmente nas situações de tensão e conflito. Mais, partindo duma perspectiva sincrónica esta postura dificilmente considera o factor mudança igualmente importante nestes fenómenos. E é aqui que a História pode tornar-se um contributo indispensável.

Não quero com isto negar o valor dos «modelos formais», quero dizer, sim, que não são a única forma de conhecimento e que, para certos domínios, não são mesmo a forma mais operatória. Aí, os «modelos teóricos» construídos a partir da generalização comparativa dos casos históricos (no sentido do ideal-tipo de Max Weber) poderão revelar-se contributo significativamente mais válido. Não se trabalha então com actores imaginários que reagem a situações imaginárias com decisões imaginárias, mas antes com actores concretos, situações concretas e, mais do que isso, com decisões cujos resultados a história conhece. Ao contrário das ciências da natureza, as ciências sociais não podem reproduzir em laboratório os fenómenos que querem conhecer, não podem reproduzir, cada vez que o estudo o

impõe, crises, guerras ou revoluções. Ora a História, como realidade, constitui esse enorme laboratório. A História como saber, nomeadamente a História Militar e a História das Relações Internacionais, pode contribuir para a inteligibilidade dos mecanismos internacionais, particularmente as crises e as guerras. A operação metodológica que poderá permitir uma tal inteligibilidade é, sem dúvida, a «comparação histórica». No campo da Ciência Política e das Relações Internacionais, Raymond Aron não só constitui toda a sua obra sobre este paradigma (sendo um weberiano, é natural que o tivesse feito) como teorizou mesmo sobre o assunto, procurando fundar sobre «comparação histórica» a inteligibilidade de alguns mecanismos internacionais⁽⁶⁾. No campo da História, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle fundaram toda a sua obra sobre esse mesmo paradigma. Ambos o teorizaram numa primeira fase apenas para a História, lançando precisamente a «História das Relações Internacionais»⁽⁷⁾. O segundo, mais recentemente, ensaiou mesmo uma teoria geral das relações internacionais — como ele próprio dizia — «à base da História»⁽⁸⁾. De facto, após um período de crise sob o triunfo dos modelos abstractos, começa a registar-se, a partir da segunda metade da década de 70 e sobretudo 80, o «retorno do acontecimento»⁽⁹⁾, e o recurso ao «facto histórico» e à «comparação histórica» como fonte e método para o conhecimento destes fenómenos. E isto não só entre historiadores⁽⁹⁾, mas também entre politólogos⁽¹⁰⁾, tanto na Europa como nos Estados Unidos. A partir desta metodologia da comparação de casos históricos — determinando as suas analogias mas igualmente as suas diferenças — a História consegue, desta forma e neste domínio, uma análise global e sistemática: 1) *empírica*, porque a partir dos acontecimentos, conjunturas e estruturas concretas; 2) *evo-*

(6) Raymond Aron, «Des Comparaisons Historiques», in *Études Politiques*, Paris, 1972, pp. 426 a 445.

(7) Pierre Renouvin/Jean-Baptiste Duroselle, op. cit.

(8) Jean-Baptiste Duroselle, *Tout Empire Périra*, Paris, 1982.

(9) Veja-se a este respeito Pierre Nora, «Le Retour de l'événement», in Jacques Le Goff / Pierre Nora, *Faire de l'Histoire*, vol. 1, Paris, 1974, pp. 210 a 228.

(10) No campo da História, as escolas de História das Relações Internacionais de Renouvin e Duroselle e de História Política de René Rémond são os exemplos mais acabados. Ambas produziram balanços do seu trabalho que o demonstram amplamente. Vejam-se, respectivamente, *Relations Internationales*, n.º 41, Paris, 1985, e *Pour une Histoire Politique*, Paris, 1988.

(11) Entre os politólogos vejam-se, por exemplo, Edward Azar, «Les Données événementielles, origines et perspectives d'une méthode scientifique en relations internationales», in *Études Internationales V*, Paris, 1974, pp. 3 a 24, e especialmente Charles Keggan, *International Events and Their Comparative Analysis of Foreign Policy*, Columbia, 1975.

lutiva, porque assente na sucessão dos acontecimentos, e por isso sensível à sua diversidade; 3) *metódica*, porque atenta não só à permanência mas também à mudança. Esta tripla análise regista simultaneamente a regularidade (constantes e linhas de força) e a particularidade (o que é específico a cada caso) e confere à História, através da compreensão do passado, uma certa inteligibilidade do presente, no campo dos mecanismos internacionais, particularmente o agravamento das tensões, a agudização das crises, o desencadear das guerras⁽¹⁾.

Em síntese, poder-se-ia dizer que a «comparação histórica» nos domínios da História Militar e das Relações Internacionais pode proporcionar a inteligibilidade de determinados fenómenos cujo conhecimento é indispensável ao corpo de conhecimentos sobre Segurança e Defesa. Finalmente, e como conclusão, deve dizer-se que o contributo da História para a Segurança e Defesa não é a de legitimar, retrospectivamente, um qualquer regime, uma qualquer decisão de política externa, uma qualquer guerra; a contribuição da história é a de produzir informação verdadeira e procurar a compreensão de certos mecanismos que possa ser útil à tomada de decisão, mas independente dela.

Um exemplo privilegiado poderá ilustrar a tese defendida: a elaboração de uma Grande Estratégia Nacional. A construção de uma Estratégia Nacional depende antes de tudo duma correcta definição dos Objectivos Nacionais Permanentes⁽²⁾, e esta definição decorre da própria História. Como em geral também aqui, talvez sobretudo aqui, a história não pode estar sujeita a utilizações ideológicas, nem mesmo nacionalistas. E se o estiver, corre o risco de tornar-se contraproducente do próprio ponto de vista da Segurança e Defesa. Porque ao distorcer a verdade no sentido nacionalista está a contribuir, por um lado, para uma incorrecta avaliação do Poder Nacional (exaltando as potencialidades e minimizando as vulnerabilidades), e, por outro, porque o mesmo tipo de distorções poderá concorrer para uma incorrecta definição das ameaças. Uma vez mais a História permite definir as regularidades e as particularidades históricas, indispensáveis

⁽¹⁾ Veja-se a este título um caso concreto de aplicação deste paradigma e a interessantíssima reflexão sobre a sua validade e limites in Dominique Moisi (org.) *Crises et Guerres au XX siècle*, Paris, 1984.

⁽²⁾ Sobre os Objectivos Nacionais Permanentes e sua relação com a Estratégia Nacional veja-se Raymond Aron, *Paix et Guerre entre les Nations*, Paris, 1962, pp. 81 a 92. Especialmente sobre o caso português veja-se Virgílio de Carvalho, *Cumprir Agora Portugal*, Lisboa, 1987, pp. 95 a 177.

à definição dos Objectivos Nacionais Permanentes. Não é por acaso que a independência portuguesa é feita da compreensão de algumas dessas constantes — o equilíbrio geopolítico entre a Terra e o Mar; a procura secular de compensações marítimas para as pressões continentais; a consequente aliança privilegiada com a potência marítima. Mas que o é, igualmente, da compreensão de algumas dessas particularidades — o facto de ser uma pequena potência, o facto da sua força e a sua independência não assentarem fundamentalmente nos Factores Materiais (GEM) na fórmula de Clyne, mas sim na Força Anímica (SW) — a vontade política de ser português⁽¹³⁾. Foi ela que cumpriu o Império, só ela poderá cumprir esse Portugal que o poeta diz que falta cumprir-se.

Nuno Severiano Teixeira

Instituto Universitário Europeu — Florência
Universidade Católica Portuguesa — Lisboa

⁽¹³⁾ Vejam-se Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa — Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, 1987, e Nuno Severiano Teixeira, «Relações Externas de Portugal — séculos XIX e XX», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1986.

LES POTENTIALITÉS DU CADRE D'ORGANISATION
EUREKA FACE AUX PERSPECTIVES ACTUELLES
DE LA COOPÉRATION POLITIQUE EUROPÉENNE

José António Sequeira Carvalho

LES POTENTIALITÉS DU CADRE D'ORGANISATION EUREKA FACE AUX PERSPECTIVES ACTUELLES DE LA COOPÉRATION POLITIQUE EUROPÉENNE

SCHÉMA DE L'EXPOSÉ

Introduction:

L'approche EUREKA face aux perspectives actuelles de la Coopération Politique Européenne — esquisse d'une problématique.

1. Présentation de l'Initiative EUREKA et de ses principales caractéristiques.
2. Potentialités et limites de l'approche EUREKA pour la mise en oeuvre d'une politique communautaire de coopération avec les pays de l'Est de l'Europe.
3. L'avenir de la coopération technologique européenne face aux grands enjeux économiques et géopolitiques au niveau mondial — quelques pistes de réflexion.

INTRODUCTION

Après les exposés précédents au cours desquels quelques hauts responsables au niveau communautaire et européen ont présenté et examiné devant vous les problèmes actuels de la coopération européenne, le rôle — quelque peu difficile — m'appartient de vous parler cette matinée de l'Initiative EUREKA dans le cadre des perspectives de la coopération politique européenne.

(*) Exposé fait à l'Institut du Futur, Bureau d'Information du Conseil de l'Europe, le 9 Novembre 1989.

Les opinions exprimées dans ce texte sont émises à titre purement personnel et n'engagent aucunement les organisations pour lesquelles travaille l'auteur.

Tout d'abord, je vous présenterai l'initiative EUREKA comme mode d'organisation et en tant qu'approche de coopération technologique au niveau européen.

Ensuite, j'essaierai de mettre en évidence les potentialités de l'approche EUREKA pour répondre de manière efficace à certains objectifs politiques et diplomatiques et à certains problèmes que pose l'évolution actuelle des pays de l'Est à la coopération politique européenne.

Enfin, j'énoncerai la synthèse des grandes lignes d'orientation et d'évolution qui me semblent pertinentes pour l'avenir de la coopération technologique européenne, et notamment pour l'Initiative EUREKA face aux enjeux géopolitiques et économiques qui se posent aujourd'hui à l'échelle mondiale.

1. *L'Initiative EUREKA*

Dix-neuf pays européens et la Commission des Communautés Européennes ont créé l'Initiative EUREKA en juillet 1985, formant ainsi un cadre de coopération internationale entre les entreprises et les instituts de recherche dans le domaine des hautes technologies.

Cette Initiative a pour objectif d'accroître la productivité et la compétitivité des industries européennes sur le marché mondial.

EUREKA veut permettre à l'Europe de mieux maîtriser et exploiter les technologies importantes pour son avenir et de développer ses capacités dans des secteurs essentiels.

Les projets EUREKA poursuivent des finalités civiles et sont dirigés à la fois vers les marchés privés et les marchés publics. Tout produit, système ou service dans le domaine de la haute technologie peut être développé dans le cadre d'EUREKA.

Caractérisée par une approche décentralisée et une absence de choix thématiques a priori, l'Initiative EUREKA représente un instrument original et complémentaire des programmes existants, en faveur de la coopération européenne dans les activités de recherche et de développement.

Des projets élaborés suite à des rencontres et des échanges d'idées entre sociétés et instituts de recherche sont à la base de l'activité d'EUREKA.

Les projets qui ont à ce jour obtenu le statut EUREKA concernent de nombreuses technologies de pointe: robotique et productique, lasers, biotechnologie, nouveaux matériaux, environnement, télécommunications, énergie, technologie de l'information et transports.

La durée des projets varie de un à 10 ans et pour la plupart (49%) d'entre eux, elle dépasse les quatre ans.

EUREKA s'adresse à tous les acteurs impliqués dans le développement technologique: les grandes sociétés, les petites et moyennes entreprises, tout aussi bien que les universités ou les instituts de recherche spécialisés sans tenir compte de leur structure ou dimension.

Les entreprises et instituts participant à un projet EUREKA en assurent le financement par leurs propres moyens, par le recours à des capitaux privés externes (marché financier, prêt, etc...) et le cas échéant, par les fonds publics mis à leur disposition par les gouvernements respectifs.

Dans le cadre d'un projet individuel ou de l'Initiative dans son ensemble, les gouvernements et la Commission des Communautés Européennes examinent les demandes de mesures de soutien supplémentaires, en vue de créer les conditions requises pour l'innovation.

Actuellement, la plupart de ces mesures ont trait à l'élaboration des normes industrielles communes. Ces demandes sont transmises aux organismes de normalisation compétents. Outre la normalisation, les mesures de soutien concernent également l'ouverture des marchés publics et le financement des projets.

EUREKA a aussi mis sur pied un outil clé d'information: la base de données EUREKA que contient de nombreux renseignements sur l'ensemble des projets annoncés ou proposés. Destinée à promouvoir la mise en contact des partenaires industriels et scientifiques, susceptibles de collaborer au sein des projets, elle fournit notamment des informations sur les domaines de R&D, les objectifs technologiques, les plans, les budgets, les participants et les coordonnées des contacts principaux.

Le lancement d'environ 300 projets (297) projets de coopération transnationale, représentant un investissement de quelque 6,5 milliards d'ECU, témoigne d'une réussite considérable.

On peut d'ores et déjà affirmer qu'après 4 ans l'Initiative a trouvé son rythme de croissance et acquis sa propre dynamique.

2. Potentialités et limites de l'approche EUREKA pour la mise en oeuvre d'une politique communautaire de coopération avec les pays de l'Est de l'Europe.

Comme l'ont déjà affirmé plusieurs responsables politiques il faut, dans le contexte politique et diplomatique actuel au niveau européen favoriser les mesures de coopération qui peuvent atténuer les séparations et les frontières politiques et idéologiques entre l'Europe de l'Ouest et celle de l'Est. De ce fait, ces mesures permettront d'accueillir les peuples européens de l'Est au sein de la famille culturelle et politique européenne.

Ces responsables ont souligné aussi à juste titre que des cadres et des concepts nécessaires au dépassement de la division de l'Europe existent déjà, par exemple la Conférence sur la Sécurité et la Coopération en Europe. Ce sont là des cadres qui ont montré leur utilité et qu'il faudrait activer dans la conjoncture actuelle.

Dans cette perspective, il me semble que les caractéristiques politiques et organisationnelles de l'approche EUREKA — à savoir l'ouverture, la flexibilité, la décentralisation, l'opération à travers la création de réseaux et la libre initiative des participants — peuvent constituer des moyens concrets pour établir des relations de coopération et d'intégration graduelles avec les pays de l'Est par le biais d'actions concrètes et spécifiques à géométrie variable.

Pour ce que est des risques politiques et diplomatiques que pourraient impliquer la participation des pays de l'est européen à certains projets, la structure institutionnelle de la prise de décision et d'acceptation des projets dans le cadre EUREKA est parfaitement adaptée pour assurer une sélection et un contrôle préalables à travers des mécanismes de crible technico-diplomatiques, au cas par cas, qui par ailleurs son déjà solidement institutionnalisés.

Dans un premier temps, ces mécanismes de crible sont constitués par les contacts entre les coordinateurs nationaux des projets, dans un second temps, par les décisions du Groupe des Représentants Nationaux à Haut Niveau et en dernier lieu par la Conférence Ministérielle.

Il y a lieu de signaler que des institutions de certains pays de l'Est (tels la Hongrie et la Yougoslavie) participent déjà à quelques uns des projets EUREKA.

Au cours de la réunion des Représentants à Haut Niveau en septembre dernier, l'Institut Soviétique Fedorov de l'URSS établi à Moscou a été accepté comme participant au projet EUROTRAC (dans de l'environnement).

Il est évident que des schémas de coopération spécifiques et sectoriels seuls ne suffisent pas comme moyens pour résoudre tous les problèmes de l'ouverture et de la dynamisation des relations entre les deux Europes.

Ils peuvent, néanmoins, mener à des actions concrètes, utiles et efficaces, pour élargir les échanges économiques et humaines entre ces deux Europes et contribuer ainsi à atténuer les séparations et les frontières que les avatars de la politique et de l'idéologie ont érigés entre les rives de notre sous-continent.

Dans ce sens, peuvent exister entre la Coopération Politique Européenne et l'initiative EUREKA des points d'action convergente et de synergie par rapport à un objectif commun: le rapprochement des liens entre les deux Europes. Ces potentialités méritent d'être suffisamment étudiées pour être exploitées en termes d'actions concrètes.

3. L'avenir de la coopération technologique européenne face aux grands enjeux économiques et géopolitiques au niveau mondial.

A la fin des années 70, l'Europe a commencé à prendre conscience de son déclin technologique par rapport aux Etats-Unis et au Japon. Le diagnostic de cette situation a été fait par certains auteurs significatifs de ce que l'on a appelé l'«europessimisme» technologique; je citerai comme exemples Michel Richonnier dans son livre «Les métamorphoses de l'Europe», André Danzin dans «Science et renaissance de l'Europe» ou encore Michel Albert dans son «Pari pour l'Europe».

Face à ce diagnostic négatif, les instances communautaires et les gouvernements ont proposé des remèdes politiques, visant surtout l'aménagement de l'environnement économique interne de la communauté européenne. La stratégie d'achèvement du marché intérieur constitue la pièce maîtresse de cette politique.

Sur le plan technologique, les instruments politiques mis en oeuvre ont été les programmes-cadres de recherche et de développement technologique de la communauté. Ces programmes cadres visent la création d'une espace communautaire scientifique et technologique qui offrirait des conditions optimales pour un développement industriel mieux intégré en Europe et qui permettrait, de cette façon, d'augmenter les capacités concurrentielles des entreprises européennes face à la concurrence américaine et japonaise.

Aujourd'hui, toutefois, à la veille de l'après-93 — et là, je m'exprime titre personnel — je crois que les paramètres de cette problématique doivent être envisagés d'une autre façon et avec plus d'ampleur, dépassant ainsi les perspectives surtout intégrationnistes, voire même d'aménagement domestique, qui correspondaient à une phase de la coopération technologique européenne qui s'achève actuellement.

En effet, aujourd'hui les acteurs des principaux concurrents de l'Europe sur la scène des marchés mondiaux ont des stratégies d'action et de compétitivité au niveau planétaire.

Face à cette réalité, il faut que les acteurs de la recherche et les entreprises européens sachent répondre de manière adéquate à l'ampleur de ces stratégies et cela non seulement pour des motifs technico-économiques, mais aussi géopolitiques.

Pour ce qui est de la coopération technologique européenne, il serait souhaitable qu'elle s'ouvre davantage vers le grand large planétaire. A mon avis, il faut partir, dès maintenant, des structures et des synergies internes qui sont déjà en voie de consolidation vers ce même grand large planétaire, qui toutefois, ne devrait pas être envisagé uniquement comme un espace exutoire de surplus ou de produits, mais comme un espace stratégique de redéploiement compétitif.

Dans les batailles qu'ils livrent actuellement pour les marchés mondiaux, les responsables des entreprises européennes devraient élargir les dimensions spatiales et humaines de leur quête préalable des marchés et aussi de leurs recherches et veilles technologiques.

L'un des moyens les plus efficaces pour créer les liens personnels et techniques favorisant directement la pénétration future des marchés sera certainement la mise en oeuvre d'actions concrètes de coopération technologique au niveau international entre les acteurs — des organisations et des

hommes qui y sont directement intéressés — dès les stades de la recherche et du développement.

Ces propositions ne visent nullement la mise en oeuvre d'une ouverture vers l'extérieur du cadre de la Coopération Technologique Européenne pouvant mener à des risques de dissolution ou de désagregation des structures d'intégration existant actuellement dans l'espace européen et qui ont déjà prouvé leur solidité et utilité. Au contraire, nous envisageons une ouverture sélective et contrôlée, qui puisse conduire à l'établissement de solides réseaux de synergies et d'appuis à l'extérieur de la Communauté pour développer les capacités compétitives des entreprises européennes sur les marchés mondiaux.

Ici, nous rejoignons à nouveau les potentialités du cadre d'organisation EUREKA pour mettre en oeuvre des actions de coopération technologique élargie avec des partenaires extra-européens et même des partenaires d'autres continents.

A ce propos, nous tenons à signaler la clairvoyance et l'ouverture de perspectives révélées par l'actuelle présidence italienne d'EUREKA avec son projet d'organiser prochainement à Florence un séminaire sur le thème «EUREKA et les pays sous-développés».

Cette orientation constitue à mon sens une des voies conduisant à une vraie renaissance technologique de l'Europe. Une renaissance liée à l'épanouissement des valeurs fondamentales de la culture et la civilisation européennes, qui, parallèlement, sont aussi à la base des constructions scientifiques et technologiques: telles l'humanisme démocratique, l'ouverture d'esprit, la rigueur conceptuelle, l'esprit critique et l'universalité.

Ces valeurs pourront être concrétisées dans des actions de développement technologique en dehors de l'Europe.

A travers la coopération, le génie européen pourra apporter des solutions efficaces aux problèmes auxquels s'affrontent les hommes des autres régions de la planète.

Je tiens ici à signaler deux régions qui sont quasiment toujours oubliées par les polarisations réductionnistes des perspectives exclusivement trilatérales, ou de proche voisinage, qui ont dominé jusqu'à ce jour le champ de vision de nos responsables dans ce domaine: il s'agit de l'Amérique latine déjà aujourd'hui et de l'Afrique dans un avenir qui pourrait bien être proche.

Les liens historiques et culturels de ces régions avec l'Europe, les désignent comme des espaces de coopération extrêmement prometteurs pour l'Europe.

Ces perspectives peuvent constituer un espace de convergence très fructueux des actions d'EUREKA avec les objectifs poursuivis par la Coopération Politique Européenne.

En même temps, ces actions pourront permettre — je le répète — de développer les bases de compétitivité des entreprises européennes sur les marchés mondiaux.

José António Sequeira de Carvalho

Directeur Adjoint au Secrétariat EUREKA
Professeur Associé à l'Institut Supérieur d'Economie
de Lisbonne

LEBANON, POLITICAL PLAYGROUND
OF THE MIDDLE EAST
— THE ROLE OF PEACEKEEPING —

Marianne Heiberg

LEBANON, POLITICAL PLAYGROUND OF THE MIDDLE EAST (*)

— THE ROLE OF PEACEKEEPING —

INTRODUCTION

Although focused on Lebanon, this paper will not only deal with this very unfortunate country. I shall also try to examine very briefly some of the other regional conflicts and rivalries—frequently played out in Lebanon—which continue to make the Middle East one of the most politically explosive areas in the world. Finally, and very modestly, I should also like to propose a role that Portugal could potentially play in helping to manage and contain the threat that violence in the Middle East poses for the world community as a whole.

It might seem cynical to use the metaphor of «playground» in reference to Lebanon and her reoccurring miseries. But for many outside observers, the events in Lebanon over the last 15 to 20 years often does remind one of games—albeit games of a very dangerous and devastating kind played out by both the Lebanese themselves and their regional neighbours.

INTERNAL DIMENSION

It is necessary to understand certain aspects of Lebanon's internal social structure in order to understand why the country has been so vulnerable to outside penetration and manipulation. The following example is illustrative of at any rate one aspect.

Many of Lebanon's important families have their own football teams—as well as, of course, their own militias. The fortunes of the family team is followed with intense interest and its success against competitors

(*) Revised version of lecture delivered to the Portuguese Institute of National Defense, Lisbon, 7 July 1989.

is used as a certain measure of the familie's wider political standing. In April 1987 the Lebanese radio news reported on a game held the previous evening between the football team of the Syrian supported Maronite Christian family of Franjeh and a local competitor in Franjeh's home village of Zghorta. The home team had lost. When the game ended — this being Lebanon — the supporters of the victorious team took out an array of Magnum hand guns, Kalasnikov submachine guns and M-16 repeating rifles and fired joyously into the air. The losing Franjeh team responded immediately by taking out their arsenal of weapons and firing directly into the benches of their opponents. When the noise had died down and the smoke cleared, over 30 spectators were discovered seriously injured or dead. Tellingly, this event was not a headline news story. It was reported at the end of the broadcast as a minor human interest item.

This immediate, almost instinctive, recourse to violence in order to respond to what is perceived as insult and threat to family honour is a deep rooted feature of Lebanese society and is in fact common to large parts of the Mediterranean world. Indeed, violence and use of the institutions of blood feud and vengeance have traditionally been standard options for the resolution of conflict. As evidence for this we can, among other things, turn to the *Arabian Nights* and the story narrated by Shahrazad on night 528.

«A certain hunter came one day upon a cave in the mountains where he found a hollow full of bee's honey. So he took some honey and carried it to the city, followed by a hunting dog that was dear to him. He stopped at the shop of an oil man and offered him the honey for sale. As he emptied the honey, a drop fell to the ground, where upon the flies flocked to it and a bird swooped down on the flies. Now the oil man had a cat, which pounced upon the bird, and the hunter's dog sprang upon the cat and killed it. The oil man ran at the dog and killed it — and the hunter, in turn, sprang upon the oil man and killed him. Now the oil man was from one village and the hunter from another. When the people of the two villages heard what had passed, they took arms and rose upon one another in anger. The sword continued to play among them until many, many people had died. None knows their number, save God Almighty.»

In addition to the readiness to use violence to deal with conflict and grievance, this narrative also illustrates another fundamental feature of Lebanese — and, indeed, Middle Eastern society in general. That is its fragmentary or, more precisely, segmentary nature and organization. The adage of, «I against my brother. My brother and I against our cousins. Our cousins, my brother and I against...» and so on, is customary throughout the region and refers to a central element in Middle Eastern political process. This segmentary political process permeates relationships within family and religious groupings as well as relations between them.

Modern Lebanon was artificially constructed by the French during the aftermath of World War I with the collapse of the Ottoman Empire. France's primary purpose was not necessarily to construct a viable nation-state. Her main concern was to build — with human and territorial resources at hand — a reliable platform for the protection of French interests in the Levant and the extension of her influence to the rest of the Middle East. Thus modern Lebanon was built up out of an amalgam of diverse, frequently antagonist, religious communities — Shia Muslims, Sunni Muslims, Druze, Maronite Christians, Greek Orthodox Christians and so forth. These communities shared and currently share little, if any, sense of a common historical genealogy. They share little, if any, sense of a commonly defined «Lebanese» nationality. And very importantly, they share very few agreements as to what should be the desirable identity and framework required to govern Lebanon in the future. Some groups — mainly the Christian, but not solely — look to the West, especially to the United States and France, for their inspiration, identity and, notably, protection. Other groups — mainly Muslim groups, but again not only — look eastward especially toward Syria and, more recently, Iran for their definitions and for assistance.

If Lebanon is constructed out of diverse frequently antagonistic and highly competitive religious communities, these communities in turn are fragmented into diverse, frequently antagonistic and militantly competitive kinship groups. Broadly speaking, in Lebanon, as in the Middle East in general, the pivotal loyalty which an individual possesses is his loyalty to his extended family grouping. This loyalty usually supersedes loyalty to the religious community and certainly loyalty to the nation. A sense of nationhood is, in any case, weak and underdeveloped throughout most of the region.

On the local level the various family groups view each other as competitors. This competition is expressed in the on-going, frequently bloody feuds between them. Family factions tend to be locked into a perpetual process of rivalry and shifting tactical alliances as each faction attempts to increase its share of economic and political resources—and, thereby, its honour and prestige—at the expense of its opponents. This competition is played—albeit at times with considerable pragmatism—as a zero-sum game. Gains can only be achieved at the cost of rivals. In Lebanon honour is a limited good.

In pursuit of this aim of predatory expansion, each family tries to consolidate long reaching, dense patron-client relationships which often cross over religious boundaries. Very importantly, they also cross over national boundaries. In their rivalry for deference, position and power, the family based political factions of Lebanon actively court foreign protectors. The exact ideological identity of these foreign protectors is not crucial—hence, the bewildering melange of bizarre ideological marriages that so contort Lebanon's political geography and so confuse outsiders. What is critical is that potential protectors are powerful and they are willing.

In summary, it is this combination of, 1) the segmented, loose nature of Lebanese society, 2) the predatory, competitive nature of political life and, 3) the traditionally sanctioned readiness to use violence that constitutes a fundamental vulnerability of Lebanon. In particular, two additional features of Lebanon—which critically the country does not share with other Arab states—must be mentioned because they constitute the framework in which this vulnerability, common to many Arab states, has become disastrous for Lebanon. Traditionally the Lebanese state has been very weak. It was based on a fragile consensus between Maronite Christians and Sunni Muslims, a consensus now shattered. The Lebanese state has never had the power to protect itself from internal dissident forces nor to provide for its own defense against external intrusions. Moreover, in the context of the Middle East Lebanon has been a type of democracy in which political plurality could be expressed. In fact, many Arab states have used Lebanon as an escape vent and sounding board for political confrontations and expressions which they would never permit on domestic territory. Together these factors have meant that in recent years the Lebanese have almost explicitly had an open door policy for all too willing and eager foreign intervention.

Since the late 1960s this vulnerability has been even further exacerbated by a range of economic, social and political changes. To mention, very briefly, just three:

One, the extreme pace and unevenness of economic modernization in Lebanon has led to major social dislocations, especially among the youth. It should be noted that the majority of Lebanese are 18 years old or younger. In contrast to the prior generation, many young people suddenly found themselves urbanized, educated and, for a range of reasons, disbarred from desirable employment particularly in the public sector. In their alienation and resentment they turned for explanation and support to a range of new, radical and militant ideologies often coming from other Arab countries.

Two, demographic changes have resulted in the demotion of the pro-Western Christian population — previously a majority in the country — and the ascendancy of the Muslims — especially the Shia, Lebanon's most impoverished group — to majority position.

Finally, since the 1970s the steady increase of the Palestinian population in Lebanon has brought the country into the vortex of the Arab-Israeli confrontation.

These three changes have resulted in the demolition of the delicate constitutional compromises and balances upon which Lebanon was founded in 1943. Thus they have spelt the collapse of Lebanon's tenuous political stability. The country's inherent vulnerabilities, combined with the self-interest and influence of Lebanon's neighbours, have doggedly prevented the reestablishment of order and stability.

THE EXTERNAL DIMENSION

Cynically it could be argued that the mass killing of Lebanese by other Lebanese is clearly regrettable and certainly should cease, but that otherwise it does not really matter very much. After all Lebanon is an exceedingly small country. Without doubt, Lebanon — like Cyprus, Cambodia, the Horn of Africa and possibly in the future Afghanistan — represents a basket case of regional conflict. Despite the repeated efforts of many parties, it is a conflict that no one has been able to resolve.

But critically Lebanon is a basket case that sits astride of a highly sensitive and volatile fault line in vital regional and indeed international strategic balances. The earthquake that could result if this fault line crumbles could be devastatingly threatening for the West and for world order in general. Therefore, Lebanon matters very much.

For obvious reasons, the Middle East is of crucial interest to the United States. The protection of oil supplies as well as Israel's security are pillars of American foreign policy. The Middle East is also the back garden of the Soviet Union and, thus, of capital concern to that country as well. Broadly speaking, super power understanding on the Middle East, even at the height of the cold war, has been rather good. But the Middle East is not only a volatile and strategically important area, it is also a highly unpredictable one. Mismanagement and miscalculation are frequent and often lead to open, violent conflicts which carry the constant risk of escalation and regional destabilisation. The Iran-Iraq War is a recent example.

The states and political forces (for instance, the PLO) of the Middle East have gained the experience and political wisdom which prevents them, most of the time, from directly challenging each other militarily on the ground. However, they do tend to test and challenge each other indirectly inside Lebanon in the hope of using the bits and pieces of that country which fall under their influence or command to tactical advantage in the wider confrontation. In this sense, Lebanon is not only a domestic playground, it is a very dangerous and risky regional playground in which most of the Middle East's most incendiary conflicts and rivalries are expressed.

For instance, the Iran-Iraq War has now ceased — temporarily at least. Typically perhaps, Iraq has now become a major arms supplier to the Christian government, based in East Beirut and led by General Michel Aoun, Commander-in-Chief of the Lebanese Army. Very strange bed fellows indeed until one considers that General Aoun's principle rival is the Syrian backed government of Prime Minister Salim el Hoss, based in West Beirut. Needless to say, the Maronite Christian community is also deeply and bitterly split between the supporters of General Aoun and the supporters of Samir Geagea, the charismatic leader of the Lebanese Forces, a Maronite militia. Like the Syrians, Israelis, Americans and French before them, the Iraqis have clearly learnt not to place all their eggs in one

basket case, if you forgive the dreadful pun. According to recent reports, the Iraqis are also offering supplies to Mr Geagea's forces.

In response to the growing Iraqi presence in Lebanon, Iran has reportedly sent an additional 4000 to 8000 revolutionary guards to the Bekaa Valley as well as tightened her control over the Shia fundamentalist militia, the Hezbollah.

Clearly, the Iraqi — Irani build-up in Lebanon poses a range of challenges and dilemmas for Syria, Iraq's traditional adversary. Syria has responded to the Iraqi presence by reinforcing her estimated 30 to 40 000 troops stationed in West Beirut and the Bekaa. One Syrian fear is that Iraqi will be tempted to send troops to Lebanon on the pretext of buttressing Aoun's beleaguered government. It should be noted also that both Syria and Iraq receive most of their military equipment from the same source — the Soviet Union.

Furthermore, although Syria was perfectly willing to support Iran against her arch-rival Iraq in the war between them, she has no intention of permitting an increased Iranian influence inside Lebanon. To do so would greatly complicate Syria's bargaining position vis-a-vis Israel as well as challenge Syria's domineering stature inside Lebanon. Thus, Syria — not suprisingly — has stepped up her support to Hezbollah's main competitor for Shia loyalties, the AMAL, among other measures. How all of this will affect Lebanon in case of a resumption of the Iran-Iraq war is an open question.

If these testings and indirect confrontations provoke a certain alarm, by far the most dangerous manoeuvrings are taking place in southern Lebanon. It is here where the risk of miscalculation and the unpredictable could most easily spark off a new and escalating Arab — Israeli war. The Middle East's most embittered enemies are now compressed into this very small piece of Lebanese territory. It is here where the intricate triangle of opponents — the Syrians, Palestinians and Israelis — confront each other daily either directly or through Lebanese proxies and clients.

SOUTHERN LEBANON

Southern Lebanon is frequently described as a powder keg. Certainly it is located at the explosive centre of the strategic fault lines. Its eastern border is the Israeli annexed Golan Heights. Its centre forms the opening

to the Bekaa valley, the major route for an eventual ground invasion by Syrian troops or, possibly, Iranian revolutionary guards into Israel — or for the march of the Israeli Defence Forces into Syria. Its Mediterranean border is dotted by Palestinian refugee camps which contain reportedly an estimated 12 to 18 000 Palestinian fighters. Its main ports of Tyre and Sidon are prominent transit points for arms and drug smuggling. Moreover, the shadowy presence of Islamic militancy looms over the entire area. Into this area as well are compressed the complete array of Lebanon's contentious confessional groups — Maronite Christians, Druze, Shia and Sunni Muslims — in elaborate, precarious and shifting alliances with the outside forces that have made the area their own.

Exacerbating the destructive potential of the various conflicts played out in Lebanon is the new and threatening military balance that marks the region.

Probably the most alarming feature of the Iran-Iraq War was the use, by Iraq, of chemical weapons against sections of her own population and against Iran. Chemical weapons are weapons of mass destruction. The «poor man's nuclear bomb», they are cheap, easy to produce and their production is not impeded by the same stringent safeguards that apply to nuclear weapons. Very importantly, their deterrent functions seem, on the evidence so far available, to be very limited. Partly in response to Israel's nuclear capability, currently almost every country in the Middle East is either developing or has already developed a chemical weapons capacity. In addition, almost every country has obtained or is in the process of obtaining the short-range or, for instance in the case of Israel's Jerico II missile, the intermediate-range missiles required to deliver effectively these weapons onto neighbouring states. In short, if a new Arab-Israeli war should erupt, its military implications could be much more calamitous than the wars of previous occasions.

PEACEKEEPING

I should like to conclude this article on a somewhat less alarmist and more positive note. Therefore, a brief examination of the role of international peacekeeping in the area seems appropriate. I shall also suggest that peacekeeping is a theme which should be of more than passing interest to Portugal.

Despite the previous comments about southern Lebanon, since 1978 the area has been one of the most stable and, relatively speaking, non-violent parts of Lebanon. The main credit for this goes in large part to the presence of the United Nations Interim Forces in Lebanon, UNIFIL. From 1978 the resident population in UNIFIL's area of operations (A. O.) has increased from some 15 000 to over 400 000. UNIFIL A. O. becomes a sanctuary of refuge whenever violence flairs up in Beirut. Accompanying the growth in population has been a specular growth in economic prosperity to which the large expansion in the area's commercial and construction sectors bares witness.

Throughout its eleven year history UNIFIL has been much maligned and much criticized. But in general it has been criticized not for its failure to do what the Force was designed to do; but its failure to achieve that which the Force was never designed to do. For example, many Lebanese protested at UNIFIL's failure to halt Israel's 1982 invasion of the country. But UNIFIL was not created to fight Lebanon's wars for her. Israel has voiced strong objections to UNIFIL failure to take the Palestinian stronghold in Tyre, the famous «Tyre pocket». But again UNIFIL was not created to fight Israel's wars either. The international community has criticized UNIFIL for its inability to solve the underlying political conflicts in the area. But UNIFIL is not a *peacemaker*. This role must be entrusted to the politicians and diplomats of the states and political forces that are party to the conflict.

What UNIFIL is designed to do is to reduce violence, to manage conflict and to give the parties to the dispute breathing space and opportunity to pursue and, hopefully, resolve their disagreements through diplomatic means rather than through violent confrontation. A peacekeeping force is meant to operate as a confidence-building measure. It often provides the only face saving mechanism available for potential combatants to withdraw from the precipice.

In southern Lebanon the position of UNIFIL is often disheartening. Even modest sized militias can usually muster more fire power than the UN force. UNIFIL confronts the eagerly over-armed warriors of the South with light, defensive weaponry only. It is a predicament that particularly frustrates the professional military officers and men who form UNIFIL's backbone.

But normally — but by no means always — in a confrontation between the heavily armed local antagonists and UNIFIL, UNIFIL emerges the victor. The Force does not depend on heavy gauge weaponry, but on the weight of the international public opinion that backs it. In southern Lebanon UNIFIL operates as the moral and political conscience of the international community. Its withdrawal at this time would probably catalyse a complex and extremely vicious civil war in the area. The South would become largely depopulated and transformed into a free-fire zone. Despite Israel's assertions to the contrary, UNIFIL withdrawal would also significantly magnify the risk of direct Syrian-Israeli military confrontation.

Renewed super power detente and the changed international scene that has, thereby, developed has increased the relevance of peacekeeping. Because of detente, there is less propensity and less incentive for the great powers to indulge in direct, competitive involvement in Third World conflicts. Reversely, therefore, there are also fewer opportunities for contesting parties to develop client relations with the super powers with the accruing risk of super power contention. Because of their increased recognition of the limits of super power control, among other reasons, both the US and the USSR currently place emphasis on disengaging from and, thereby, reducing the escalatory potential of regional conflicts.

All this has led to an enhanced role for the United Nations in peacekeeping. Recently new peacekeeping operations have been launched in Namibia (UN Transition Assistance Group in Namibia, UNTAG), in Angola (UN Angola Verification Mission, UNAVEM), along the Iran-Iraq border (UN Iran-Iraq Military Observer Group, UNIIMOG) and in Afghanistan (UN Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan, UNGOMAP). In addition, five further missions are currently operative.

Needless to say, this dramatic expansion of the role of UN peacekeeping is accompanied by the need to expand the pool of peacekeepers, of those nations willing and able to contribute forces to peacekeeping operations. So finally we come to the role of Portugal.

The peacekeeping mission is a complex one. There is a need for a mix of industrialized and developing countries in order to reflect the world community at large and, thereby, truly represent international legitimacy. However, there is a particular need for small industrialized nations to provide a lead role. The reasons for this are many. To mention just two of the most salient. First, there exists a presumption that small countries

can operate with disinterest and neutrality in respect to the issues in conflict. They are viewed as having no vested stake in the conflict nor prior involvement with it. This requirement is essential to the political credibility of a peacekeeping operation and it normally does not obtain with regards to big powers. Second, there exists a presumption that industrial countries — unlike many developing ones — possess adequate levels of political, military and technical competence and training. This requirement is essential to the professional credibility of a peacekeeping force.

Peacekeeping requires unique qualities and is not an easy task. It requires highly refined and subtle skills in mediation and negotiation rather than the more straightforward capacity of enforcement. It involves the use of authority rather than the use of physical power; the symbolic moral power of the blue beret against the physical power of modern military weaponry. It involves assisting parties who prefer peace, but who cannot create it themselves. It involves assisting parties who cannot defend themselves and therefore cannot win and therefore require non-violence for their national security.

The benefits that a country, and in particular a small country, can derive from participation in peacekeeping are substantial. These benefits are both political and military in nature. Politically, peacekeeping helps shape and define a role for the country involved in international politics, enhancing the profile of the country as well as broadening the political horizons of her citizenry. It also provides opportunities and an distinct forum for direct participation in preserving international peace, a peace upon which small countries in particular are dependent.

Militarily, peacekeeping operations involve the testing and training of leadership and initiative, particularly among officers, which is otherwise difficult in peacetime armies. Peacekeeping operations are quite unlike military exercises that commence on Tuesday morning and are conveniently completed in time for Friday dinner. They also provide an opportunity for the development of tactics and the testing of new equipment under war conditions. They can be used for the realistic training of men. Thus, participation in peacekeeping can have significant multiplier effects boosting the quality of national standing armies. Finally, peacekeeping can give tasks and a concrete purpose to armies whose operational roles in peacetime are otherwise vague and difficult to define.

For these reasons, as well as others, participation in international peacekeeping operations is a proposition which Portugal should consider.

Dr. Marianne Heiberg

Senior Research Associate

Norwegian Institute of International Affairs, Oslo

A DEFESA NO MUNDO

A DEFESA NO MUNDO

«REVISTA ESPAÑOLA DE DEFENSA» (ESPANHA), de Outubro de 1989

A política espanhola de paz e segurança durante o período de 1986-89 afirmou-se pela presença da Espanha nos locais onde se trabalha para alcançar a distensão e a melhoria das relações internacionais.

No âmbito bilateral, a Espanha manteve relações com diferentes países a fim de desenvolver áreas mútuas de colaboração que englobem quer o campo de segurança e de defesa, quer a cooperação entre Forças Armadas e entre indústrias e tecnologias em matéria de armamento.

Para incentivar estes objectivos o Ministro da Defesa espanhol efectuou visitas aos titulares de Defesa de outros países e a diferentes representantes das Organizações Internacionais.

Por outro lado, o processo de definições de «modelo espanhol» na Aliança Atlântica proporcionou visitas a Espanha de alguns altos dignatários da OTAN.

«ARMED FORCES JOURNAL» (EUA), de Outubro de 1989

A Comissão Editorial da publicação soviética «Military Knowledge» levou a cabo uma discussão em mesa-redonda entre elementos representativos da Defesa Civil da URSS.

O primeiro subchefe da Defesa Civil, o director do departamento de investigação e treino e os chefes das várias divisões da Defesa Civil, concordaram que as recentes catástrofes, naturais ou provocadas pelo homem, indicam grandes deficiências no programa.

O estatuto de Defesa Civil, que já data de alguns anos, necessita de actualização. Igualmente, muitos outros documentos não estão completamente implementados porque têm uma classificação de segurança muito elevada e, por isso, não foram convenientemente difundidos.

Existe uma necessidade urgente de equipamento mais moderno que, por dificuldades orçamentais, não pode ser adquirido. E, por outro lado, algum pessoal chave do sector industrial recusa dar aos programas de defesa civil um apoio completo e assistir a sessões obrigatórias de treino.



De acordo com um relatório confidencial obtido por uma revista alemã, as Forças Armadas da República Federal da Alemanha, tal como outras forças armadas dos países da OTAN, estão a deparar com um problema de crescente importância relacionado com o uso de droga, crime, espionagem, acidentes e suicídios.

O relatório, resumido pela revista «Bunte», informa que em 1988 503 soldados, marinheiros e aviadores foram punidos pelo uso, posse e tráfico de droga. Em 1987 foram punidos pelo mesmo motivo 397 homens.

18 788 elementos uniformizados das instituições militares foram punidos e demitidos no ano passado por vários crimes de infracção, incluindo 13 que revelaram segredos militares. Cerca de 1303 do número total foram condenados por insultos a superiores; 17 por mau comportamento moral e civil, tal como o adultério.

Dos 441 militares ao serviço mortos em 1989 apenas 115 sucumbiram naturalmente, 86 suicidaram-se e 33 morreram em resultado de acidentes em serviço. Os restantes 207 morreram por acidentes não relacionados com o serviço militar.

As principais razões para o suicídio são os problemas familiares ou com a namorada, ciúmes, saudades da família e depressão.

As Forças Armadas da RFA necessitam de incorporar todos os jovens fisicamente capazes porque a taxa de nascimentos, extremamente baixa, reduzirá o contingente anual a apenas 245 000 mancebos, comparados com cerca de meio milhão dez anos antes.

Por outro lado, a incorporação de mais jovens também prejudica a economia nacional que precisa de 1,3 milhões de trabalhadores mais que em 1983.

Também a melhoria das relações entre o Ocidente e o Leste faz com que muitos alemães pensem que as Forças Armadas já não são tão necessárias como anteriormente. O facto é que o serviço militar está a atravessar uma crise de impopularidade.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Outubro de 1989

Entre 1975 e 1989, de acordo com os analistas mais credíveis, passaram por Angola entre 300 000 a 375 000 cubanos, havendo caído em combate entre 8000 e 20 000, parecendo, porém, esta última cifra mais exagerada.

A Força Aérea empregou em Angola cerca de 200 aviões caça-bombardeiros, modelos «MIG 21», «23» e «27», e de 20 a 30 bombardeiros «SUKHOI SU-22» e, ainda, pelo menos, uma esquadrilha de helicópteros de ataque «MI-25».

No que concerne às FT foram utilizados mais de uma centena de carros de combate «T-62» e um número indeterminado de canhões de diversos tipos.

Entre os mísseis é de destacar os terra-mar «SA 6», «SA 7», «SA 8» e SA 14»; e os mísseis anticarro «Swalter», «Sagger» e «Spigot».

Uma das personalidades mais importantes foi o Comandante do Grupo Expedicionário, General Arnaldo Ochoa Sanchez, hoje tristemente famoso por outros motivos.

A retirada dos cubanos de Angola iniciou-se em 1 de Abril de 1988 com 3000 homens e deverá continuar até 1 de Julho de 1991.

A ausência dos cubanos obrigará a uma completa reestruturação das Forças Armadas Angolanas para o que parece terem sido já convidados alguns assessores portugueses.

«CÁMBIO 16» (ESPANHA), de 16 de Outubro de 1989

Entre as armas capturadas pelas Forças Armadas da Nicarágua desde o passado mês de Março de 1989 às guerrilhas que operam no País contam-se muitas que pertenceram aos «contras».

O mesmo acontece com o armamento que o Exército de El Salvador capturou à Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional.

Este é o novo rumo que tomou a circulação de armas na América Central desde que, em 1988, começaram as negociações para a pacificação progressiva da região.

Desde Março de 1988, quando ainda existia a esperança da ajuda americana ser renovada, e à medida que os meses iam passando, o deses-

pero apoderava-se das forças anti-sandinistas, cujo ideal inicial sucumbiu rapidamente à tentação dos dólares trimestralmente enviados pela Casa Branca.

O acordo de desmobilização dos «contra», estabelecido em Julho de 1989 nas Honduras e assinado por cinco presidentes centro-americanos, e a mudança internacionalmente exigida à política interna sandinista, confirmada por novas eleições gerais para Fevereiro de 1990, constituiu a gota de água que acabou de afectar o moral dos guerrilheiros que estão agora condenados a observar silenciosamente como é que os fundos que antes lhes eram destinados são agora encaminhados para a candidatura da sua oposição.

Estas circunstâncias, aliadas à amnistia oferecida pelo Governo sandinista aos rebeldes que deponham as armas e os apelos que alguns desertores anti-sandinistas lançam a partir de Miami, abriram um novo e aparatoso mercado para o tráfico de armamento na América Central.

«CÁMBIO 16» (ESPANHA), de 30 de Outubro de 1989

Em Israel existem mais de cem empresas privadas de serviços de segurança. Oferecem instrutores, guardas-costas de presidentes e personalidades importantes e preparam «comandos» para a luta antiterrorista, sobretudo nos países latino-americanos.

Estas empresas são parte da economia militar de Israel e rivalizam entre si, oferecendo experimentados combatentes, formados nos campos de batalha e nos serviços de segurança durante as guerras dos últimos 40 anos entre os Estados árabes e os palestinianos.

Estes mercenários são muitas vezes acompanhados por exportações de armas e equipamentos militares que Israel pretende vender para renovar as suas armas e poder manter os 450 000 técnicos e operários, directa ou indirectamente ligados à indústria da defesa. São cerca de 10 por cento da população total.

Para cerca de 5000 oficiais e soldados israelitas, a maioria deles entre os 45 e os 50 anos, sem ocupação, a América do Sul, a África e a Ásia representam um autêntico eldorado.

De facto, os conflitos regionais, particularmente na América Central, é que fomentaram as mais de 800 empresas israelitas registadas no Minis-

tério de Defesa para a exportação de armas, equipamentos, serviços de segurança e técnicos militares.

*
* *

Uma fonte administrativa norte-americana confirmou que os Estados Unidos continuarão a produzir armas químicas nos próximos dez anos. O Presidente Bush tomou esta decisão pressionado pelo Pentágono com o argumento da necessidade de modernizar o arsenal de armas químicas «binárias» (que necessitam juntar dois componentes para serem letais).

*
* *

O dinheiro gerado anualmente por uma substância branca, de aspecto inofensivo, chamada cloridrato de cocaína, corresponde a quatro vezes o Orçamento do Estado espanhol para 1989. Exactamente 36 biliões de pesetas. O Estado espanhol gastará pouco mais de 9 biliões.

O Peru e a Bolívia são os principais produtores mundiais de matéria-prima, a folha da coca. Dados da Interpol fixam a produção em 100 000 toneladas para o Peru e 70 000 para a Bolívia. Cerca de 90 por cento do total de produção mundial. A Colômbia produz os restantes 10 por cento. Só uma pequena produção no Equador.

Da gigantesca verba total de 300 000 milhões de dólares gerada pelo negócio da cocaína, só ficam no Peru 800 e na Bolívia 600 milhões.

A Colômbia, principal fabricante e distribuidor do cloridrato da cocaína nos Estados Unidos e na Europa, conseguirá menos que 5000 milhões de dólares. Todo o resto fica fundamentalmente nos Estados Unidos, país que consome 80 por cento da cocaína produzida no Mundo.

O denominado Plano Bush prevê uma ajuda aos três principais países produtores, Colômbia, Bolívia e Peru, de 265 milhões de dólares para 1990. Nos próximos cinco anos está previsto um apoio de 2000 milhões de dólares sempre que se satisfaçam as condições do Plano Bush, isto é, a irradiação total das produções da coca.

A forma de eliminar os 350 000 hectares de produção de coca no Peru e na Bolívia é um problema tão importante como o do comércio da cocaína.

Segundo os dirigentes peruanos e bolivianos, a presença das tropas norte-americanas para combater naqueles países a produção e o tráfico da droga seria um gravíssimo erro. Converteria os narcotraficantes em lutadores anti-imperialistas.

«REVISTA ESPAÑOLA DE DEFENSA» (ESPANHA), de Novembro de 1989

A Reserva Territorial dos Estados Unidos passou agora a constituir um elemento crítico dos planos do Pentágono devido às reduções da presença militar americana no estrangeiro e os cortes nos efectivos das forças regulares.

Actualmente os reservistas representam mais de metade das Forças do Exército, mais 24 por cento da Força Aérea e 20 por cento da Marinha.

Contudo, apesar desta crescente importância, os reservistas continuam a ser tratados como soldados de segunda categoria porque se despende muito mais dinheiro na compra de novas armas e na realização de programas de treino das tropas do activo do que na instrução da Reserva Territorial, que tem menos de um sexto do tempo de preparação que as forças regulares e carece de armas e equipamentos modernos.

Por outro lado, muitos reservistas não possuem a necessária capacidade física e 20 por cento têm mais de 40 anos de idade.

No caso de guerra na Europa, os EUA comprometeram-se perante os seus aliados a colocar na Europa, em dez dias, 10 Divisões completamente armadas e equipadas.

Quatro destas Divisões estão estacionadas em território europeu mas haverá que transportar as restantes seis no tempo previsto. Estas últimas terão que integrar muitos reservistas, os quais terão um papel essencial nos serviços de apoio nos primeiros dias de combate.

Mas, em pouco tempo, teriam que ser empregues para substituir os soldados das unidades regulares o que, certamente, iria afectar o rendimento global.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Novembro de 1989

A Índia efectuou com sucesso experiências com um míssil superfície-superfície de curto alcance que vai entrar agora na cadeia de produção maciça.

Estas experiências realizaram-se poucos meses depois de ter sido ensaiado um outro míssil de grande alcance.

O míssil, que tem um alcance de 240 km, foi denominado «PRITHVI» (mundo).

Os cientistas hindus afirmaram que utilizaram tecnologia própria — sem o apoio soviético — quer para o «PRITHVI» como para o míssil de grande alcance.

Com estes lançamentos, a Índia entrou no clube dos países que podem construir armas nucleares e enviá-las a grandes distâncias. Mas os governantes têm negado reiteradamente que o seu programa balístico seja usado para este fim e proclamam que o emprego da energia atômica será unicamente para fins pacíficos.

A Índia não quis assinar o tratado de proibição de armas nucleares por considerar que o mesmo discrimina os países pobres.

*
* *
.

A Noruega adquiriu mísseis «BOFORS RBS 70» no valor de 800 milhões de coroas suecas, com entregas entre princípios de 1991 e 1994.

Parte do contrato será efectuado pela empresa nacional NFT, no montante de 240 milhões de coroas.

*
* *

A menos de um ano de quando se realizou o exercício conjunto «Confraternidad 88», no Chile, tropas norte-americanas voltaram a estar presentes no território chileno, participando em operações com unidades nacionais destinadas a enfrentar catástrofes naturais.

*
* *

A Espanha vai destinar 21 000 milhões de pesetas a renovar os meios aéreos para a luta contra os incêndios florestais, o que implicará a colocação de novos motores turbo-hélice em 13 dos 15 hidroaviões «CL-215» e, ainda, a aquisição de uma dezena de novos aparelhos «CL-215-T».

*
* *

Com a venda de sete aparelhos turbo-hélice «CASA CN-235» a Marrocos, por um valor de 11 000 milhões de pesetas, passa a haver 128 pedidos destas unidades por parte da Arábia Saudita, Botswana, Chile, Equador, Panamá, Indonésia, França e Espanha, tanto para uso militar como civil.

Está pendente o contrato de meia centena de aparelhos destinados à Turquia, os quais seriam montados naquele país.

Se este negócio for concretizado importará em cerca de 60 000 milhões de pesetas

A empresa CASA teve no primeiro semestre de 1989 uma perda de 6000 milhões de pesetas.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 17 a 23 de Novembro de 1989

O cômputo oficial da catástrofe de Chernobil é mais grave do que se pensava.

A imprensa Soviética reconhece que pelo menos 250 pessoas morreram em consequência da explosão da central nuclear em 26 de Abril de 1986. Até agora, Moscovo apenas tinha noticiado 31 mortos.

Segundo o jornal «Notícias de Moscovo», as vítimas trabalhavam no interior da central no momento do drama ou empregavam-se na descontaminação do local depois da explosão.

O Governo recenseou mais de 500 000 pessoas que estiveram próximas da central atômica durante ou depois do acidente, sendo apenas muito poucos submetidos a exames médicos regulares.

Na parte oeste de Chernobil tem-se notado um aumento no aparecimento de cataratas, numerosos casos de fadiga geral, problemas em glândulas tiróide e leucemias. Mas a Academia de Ciências moscovita diz que se trata mais de problemas psicossomáticos do que de doenças reais.

«CÁMBIO 16» (ESPANHA), de 27 de Novembro de 1989

Na Colômbia, o movimento guerrilheiro conhecido por «M19» pretende regressar à legalidade.

Depois de uma longa história que começou há mais de 15 anos com um roubo de víveres para os repartir entre os pobres, e terminou com a ocupação do Palácio da Justiça, onde houve mais de uma centena de mortos, os chefes deste movimento chegaram a um acordo no sentido de entregarem as armas a uma entidade internacional e, depois, constituírem-se em partido político dentro da legalidade do país.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 15 a 21 de Dezembro de 1989

Washington teme uma mudança política na Jordânia.

Os Estados Unidos esperam a constituição política do Governo de Aman para proporem um encontro américo-jordano de alto nível e preparam-se para oferecer, em 1990, um crédito de 300 milhões de dólares.

Pelo seu lado, o auxílio militar atinge 47 milhões de dólares.

*
* *

Se em 1990 o Inverno for muito rigoroso na União Soviética, o abastecimento em energia não satisfará as necessidades da população.

Na opinião dos especialistas do Ost-Institut, de Francoforte, será necessário recorrer ao Exército Vermelho, com todos os riscos políticos que tal situação pode comportar, o que é alarmante quer para a CIA quer para o KGB.

«CÁMBIO 16» (ESPANHA), de 18 de Dezembro de 1989

Em artigo intitulado «O Capital Espanhol Cerca a Economia Portuguesa», o enviado especial daquela revista a Portugal, M. A. Vasquez, traça um quadro da situação actual e possibilidades futuras do investimento espanhol em Portugal.

Salientando que os empresários espanhóis descobriram em Portugal uma economia vizinha, mais barata e por desenvolver, onde podem ser «tubarões», refere que esta realidade não agrada a amplos sectores da opinião pública portuguesa, onde se notam, até, os primeiros sinais de xenofobia.

Contudo, assinala que o sector preferido pelos empresários espanhóis é o imobiliário, afirmando mesmo que a maior parte do solo industrial a norte do Porto está já nas mãos de empresários galegos, bem como a Avenida da Liberdade, em Lisboa.

São porém as privatizações de empresas, de que publica uma exaustiva listagem, as maiores oportunidades que se oferecem para negócios em Portugal, referindo em particular as seguradoras, os tabacos e os grupos financeiros.

Traça igualmente o quadro da complementaridade das economias portuguesa e espanhola, referindo que a Península Ibérica é uma zona económica com 50 milhões de habitantes (4 em cada 5 são espanhóis), um PIB conjunto perto dos 43 biliões de pesetas (92 em cada 100 espanholas) e que Espanha e Portugal manteriam uma posição de ponta em áreas como o papel e a cortiça.

De referir ainda as afirmações atribuídas a uma empresaria portuguesa e apresentadas em «caixa», do interesse de criar, por galegos e portugueses, «um eixo económico atlântico» que, segundo as declarações atribuídas àquela empresaria, «irá acabar com a tendência lusa de viver virada para o mar».

«CÂMBIO 16» (ESPANHA), de 20 de Dezembro de 1989

Segundo publicações internacionais especializadas no domínio dos mísseis, Israel tem uma grande vantagem sobre os países árabes que já possuem mísseis de curto e médio alcance.

Embora Israel não forneça informações sobre o seu arsenal, parece que o míssil mais aperfeiçoado, com capacidade para transportar ogivas com explosivo convencional, gases letais ou mesmo uma carga atómica, é o «JERICÓ 3», o qual possui um alcance entre 850 e 1500 km.

Por outro lado, a maioria dos Estados árabes — Síria, Iraque, Líbia, Arábia Saudita e ainda o Irão — estão hoje em condições de atingir Tel Aviv com os seus mísseis.

A URSS é o principal abastecedor da Síria, mas o Iraque já empregou o míssil soviético «SCVD» na chamada «guerra das cidades», durante o conflito contra a República Islâmica do Irão.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 29 de Dezembro de 1989

Os Estados Unidos vão evacuar 7000 toneladas de armas químicas existentes na República Federal da Alemanha. Será utilizado um processo ainda mantido secreto por razões de segurança, apenas se sabendo que no próximo Verão alguns comboios, ferroviários e de viaturas, atravessarão o território federal em direcção ao porto Nordenham. Aí as armas químicas serão embarcadas com destino ao atol Johnston, no Pacífico, onde serão destruídas.

«EL PAIS» (ESPANHA), de 9 de Janeiro de 1990

O movimento Herri Batasuna está a procurar junto das autarquias do País Basco e de Navarra que aquelas instituições se neguem a alistar os jovens que devem este ano cumprir o serviço militar.

O apoio a esta campanha, levada a cabo pelos meios antimilitaristas, obedece a uma nova estratégia da coligação «abertzole» que, até há pouco, não estava interessada na opinião dos insubmissos ao serviço militar nem dos objectores de consciência.

O Ministério da Defesa está na disposição de levar ao tribunal as autarquias que não cumpram o dever de proceder ao alistamento dos jovens.

O prazo de alistamento termina em 1 de Fevereiro, devendo as autarquias classificar provisoriamente os jovens que em 1989 completaram 17 anos de idade nas seguintes categorias: aprovados para o serviço militar; não aptos; adiados e objectores de consciência.

Esta classificação é apenas provisória porque a classificação definitiva depende das Juntas de Classificação dos Centros de Recrutamento que dispõem de um prazo que termina em 15 de Setembro de cada ano.

«EL PAIS» (ESPANHA), de 11 de Janeiro de 1990

A Comunidade Europeia estabeleceu com o Japão «relações políticas, económicas e culturais da mesma intensidade das que mantém com os Estados Unidos», segundo o princípio do acordo firmado em Bruxelas pelo Primeiro-Ministro japonês, Toshiki Kaifu, com o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Dellors.

O objectivo principal deste acordo é constituir «um triângulo equilibrado» entre as três primeiras potências comerciais.

A visita do Primeiro-Ministro japonês ocorreu durante a viagem efectuada por diversas capitais europeias, em que ficou bem claro o interesse do Japão em aumentar o seu peso político.

Com o Primeiro-Ministro belga, Wilfried Martens, Kaifu falou da necessidade de estreitar a cooperação com a Europa do Mercado Único, ao passo que no encontro com o Secretário Geral da OTAN, Manfred Woerner, suscitou a necessidade de estabelecer laços informais com a Aliança Atlântica para reforço do sistema de cooperação triangular com os EUA e com a CEE.

O Primeiro-Ministro confirmou ao Presidente da Comissão Europeia a participação do seu país nos planos de ajuda ao Leste europeu, num montante de 2000 milhões de dólares, na sua maioria crédito para financiar exportações. A ajuda japonesa dirige-se principalmente à Polónia e à Hungria, mas poder-se-á estender a outros países como a Roménia, Checoslováquia e Bulgária.

Em Junho terá lugar o próximo encontro internacional entre a CEE e o Japão, em que se passará em revista o esquema de relações previsto com a CEE e com os EUA.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 12 de Janeiro de 1990

A União Soviética continua a aumentar os seus arsenais de armas nucleares e convencionais no sentido de obter mais poder de fogo, ainda que haja indícios de que, de uma forma geral, as despesas militares tenham sofrido um corte, segundo consta de um relatório da OTAN sobre o orçamento militar soviético.

De acordo com este relatório anual, ainda não tornado público este ano, os soviéticos aumentaram o seu orçamento de defesa até ao último ano para modernizarem os seus mísseis, aviões, navios e armas de combate pela incorporação da última e melhor tecnologia.

Este ano, informa o relatório, parece que a União Soviética está a rever as suas despesas, aparentemente pela diminuição das suas forças e pela retirada dos equipamentos obsoletos.

Mas a OTAN mantém-se céptica quanto às queixas soviéticas pela redução das suas despesas com a defesa porque, muitas vezes, desvalorizam as despesas orçamentais, omitindo programas nucleares e espaciais, e nunca fornecendo os elementos para se poder comparar o orçamento oficial com as informações sobre a actividade das forças da URSS.

O orçamento militar soviético representa 12 por cento do PNB, comparado com os 6 por cento dos Estados Unidos. Contudo, todos os números sobre as despesas militares são considerados irrealisticamente baixos pelos analistas ocidentais.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 15 de Janeiro de 1990

O Primeiro-Ministro japonês Toshiki Kaifu afirmou ao Governo polaco, com maioria do Solidariedade, que o seu Governo pode considerar um crédito superior a 850 milhões de dólares para ajudar a Polónia a mudar a sua economia para uma economia de mercado.

O Japão e a Polónia também assinaram um acordo previamente anunciado para a concessão de um crédito de 150 milhões destinado ao fundo de estabilização da moeda polaca — o Zloti — na sua transição para uma moeda convertível.

As cerimónias da assinatura decorreram no primeiro dia da visita de dois dias do Sr. Kaifu, que também incluiu uma reunião e um jantar com Lech Walesa, o líder do Solidariedade.

O Presidente japonês chegou a Varsóvia, ido de Roma, no sétimo dia da sua viagem à Europa, que teve a duração de 10 dias e o levou a sete países.

«REVISTA MILITAR SOVIÉTICA» (URSS), n.º 1/1989

(Extracto de um artigo intitulado «Os Generais de 1940».)

A escassez de quadros de comando superiores, experientes e versados em peculiaridades da guerra moderna, fez-se sentir logo após a invasão da União Soviética pelas hostes nazi-fascistas. Muitos oficiais promovidos a altos postos de 1937 a 1940 não correspondiam aos requisitos da guerra: alguns careciam de conhecimentos, outros de experiência.

As causas da situação desastrosa em que as tropas soviéticas ficaram no início da guerra foram múltiplas, porém, como recordaria mais tarde G. Jukov, Staline «atribuiu toda a culpa ao Comando e Estado-Maior da Frente Ocidental...». No dia 16 de Julho de 1941, Staline ratificou a deliberação do Comité Estatal para a Defesa (CED) de prender e entregar ao tribunal marcial nove comandantes e oficiais responsáveis pelo trabalho político.

Os primeiros meses da guerra abriram a maior brecha no generalato. Pereceram, apenas entre Julho e Dezembro de 1941, o comandante da Frente Sudoeste, M. Kirponos, 6 comandantes de exército, 7 de corpo e 30 de divisão.

Muitos generais morreram em 1942, particularmente no desastre de Kharkov. Houve igualmente perdas entre os oficiais superiores na fase final da guerra, de 1943 a 1945.

Ruas e praças de numerosas cidades soviéticas foram baptizadas em homenagem aos generais que pereceram na Grande Guerra Pátria. Foram ainda erguidos monumentos a vários deles e escritos livros sobre as suas proezas. Todavia, nem tudo está feito para perpetuar a memória daqueles bravos filhos da Pátria e, em especial, dos comandantes de 1941 que, à custa da sua vida, barraram aos nazis o caminho para o Leste.

Nas batalhas extenuantes e desastrosas de 1941 e 1942, foram feitos prisioneiros muitos comandantes soviéticos, na sua maioria feridos com gravidade, contundidos e fatigados. Mais de 50 generais pereceram nas prisões.

Os generais que foram internados nos campos de concentração ou nas masmorras nazis, portaram-se com dignidade, não traíram o Juramento de Bandeira e permaneceram fiéis ao seu dever militar e cívico.

Numerosos generais presos tomaram parte activa na resistência clandestina, tendo sido submetidos a torturas e executados.

A esmagadora maioria (mais de 800) dos generais de 1940 combateram na Grande Guerra Pátria. 33 deles como comandantes de Frentes e muitos outros como vice-comandantes de Frentes e chefes de Armas.

As proezas dos generais de 1940 estão inscritas para sempre nos anais da glória da Pátria, constituindo as suas heróicas páginas.